

OPOSIÇÃO OPERÁRIA

CADERNO (2006-2007)

[HTTP://www.opopgerminal.wordpress.com](http://www.opopgerminal.wordpress.com)

- I. EDUCAÇÃO: REFORMA, QUE REFORMA?
- II. O IMPERIALISMO NO SÉCULO XXI: A CRISE AMERICANA COMO EPICENTRO DA CRISE MUNDIAL
- III. CONSELHOS OPERÁRIOS, ESTADO PROLETÁRIO, DITADURA DO PROLETARIADO NA FASE SOCIALISTA DE TRANSIÇÃO PARA A SOCIEDADE SEM CLASSES
- IV. INSTABILIDADE, PRECARIZAÇÃO E INFORMALIDADE: O “NOVO” ROSTO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

EDUCAÇÃO: REFORMA, QUE REFORMA?

Agosto – 2006

Colocação geral do problema

No que diz respeito à educação como um todo, a nossa tese, aqui esboçada para uma discussão preliminar com segmentos sociais interessados, é a de que a educação no Brasil sempre foi, bem ou mal, reflexo das necessidades da produção e do mercado capitalista, e que assim está sendo e será tratada enquanto for dominante o modo de produção capitalista no país. Se a questão só pode ser colocada nestes termos, cabe compreender que toda e qualquer luta por uma educação gratuita, de qualidade e que seja desenvolvida por meios de expedientes democráticos, deverá se dar nos marcos do sistema capitalista e, por isso mesmo, como uma luta necessariamente anti-capitalista sem tréguas, cujas conquistas sucessivas devam estar sempre articuladas com outras conquistas a serem alcançadas numa perspectiva de ruptura desta ordem, já que no interior dela é impossível uma reforma capitalista capaz de satisfazer às exigências de uma educação com as características atrás enunciadas.

Das três dimensões da educação (ensino, pesquisa e extensão), privilegiamos, para efeito de análise, a do ensino porque certamente esta é a dimensão mais abrangente e a que melhor se presta para compreender a estreita relação entre a acumulação capitalista e a educação no Brasil.

Desde logo cabe salientar que a questão da educação foi e vem sendo tratado pelo Estado – logicamente, de acordo com os interesses do capital — em dois períodos antitéticos durante todo o século XX e este início do século XXI: de um lado, o da reprodução ampliada do capital que, nos seus contornos gerais, vem da era Vargas até a crise do “Milagre Brasileiro” e da ditadura e, de outro lado, o da crise do capitalismo no Brasil dos anos 70 até o presente.

Neste sentido pode-se falar, com certa simplificação feita para efeito didático, de dois projetos de educação do Estado e do capital para a educação, um para cada um destes dois períodos. Um primeiro projeto, no qual a educação, necessária e essencialmente pública, foi mais um dos meios servidos pelo Estado à acumulação e à reprodução capitalista — ao lado da previdência, da assistência social, da saúde pública, na esfera da “infra-estrutura social”, e da construção de ferrovias, rodovias, portos, usinas siderúrgicas, de mineração, tocadas através de empresas estatais na assim chamada “infra-estrutura econômica” — a título de “incentivos e subsídios” com o objetivo de diminuir os custos dos componentes do capital constante e do

capital variável que, com seus investimentos “socializados” entre e pelos contribuintes, favoreceram, por décadas a fio, as taxas de lucro dos grupos capitalistas existentes no Brasil.

Um segundo projeto, de início mais recente — no entanto já vislumbrado durante a ditadura militar —, de reversão do quadro da educação, a qual, como acontece com as demais instâncias da “infra-estrutura social” (previdência, saúde, etc.) e “infra-estrutura física e econômica” (malhas viárias, produção de energia, aço e demais insumos de longa maturação e rotação lenta), é passada para a esfera do capital privado mediante o expediente da privatização. A seguir, tentar-se-á desenvolver estes enunciados.

O primeiro período e o primeiro projeto

Este primeiro período pode ser subdividido, grosso modo e um tanto esquematicamente, em dois sub-períodos: um primeiro sub-período, que vai do governo Vargas ao governo Goulart, derrotado e deposto pela ditadura militar em 1964, conhecido como o sub-período nacional-burguês-desenvolvimentista, de cunho reformista, caracterizado por uma espécie de pacto pela burguesia nacional, produtora, essencialmente, de bens-salários que eram consumidos pelas massas trabalhadoras, com as massas operárias e camponesas, que praticava, a partir de certo ponto, uma política de “resistência pacífica” ao capital estrangeiro, que aumentara sua participação a partir do governo Kubitschek (de 1956 a 1961) e buscava arrancar reformas, como a reforma agrária que visavam ampliação do mercado interno para o capital nacional.

O segundo sub-período é o iniciado com o golpe militar e a conseqüente implantação da ditadura, em abril de 1964, no qual uma coalizão de capitais estrangeiros (imperialistas), capitais estatais e certa parcela dos capitais nacionais, de negócios associados aos dos capitais imperialistas, passou a ocupar o Estado e, contrariando as tendências reformistas da fase anterior, implementou uma ação concentracionista em todos os aspectos econômicos, institucionais e políticos, os quais, tendo por base uma brutal taxa de exploração do trabalho obtida pela via manu militari, alcançou, de 1967 a 1973-74, uma fase de elevadas taxas de crescimento do PIB (de até 10% a.a.) e dos investimentos com aumento da capacidade e plataforma física do capital.

O primeiro sub-período em questão constitui o primeiro momento da produção capitalista industrial no Brasil, produção ainda não monopolista e não oligopolista, tendendo mais para uma concorrência em sentido lato. É neste sub-período, que se caracteriza pela produção de meios de consumo final, onde por muitos anos despontam e se mantêm na “ponta” os ramos têxtil e de alimentos. Em sua História Econômica do Brasil, Caio Prado Júnior assim o caracteriza panoramicamente: “Em 1907 realiza-se o primeiro censo geral e completo das

indústrias brasileiras. São encontrados 3.258 estabelecimentos industriais (...), empregando 150.841 operários. Quanto à distribuição geográfica da indústria, 33 % da produção cabia ao Distrito Federal (...); 16% a São Paulo e 15% ao Rio Grande do Sul. Nenhum outro estado alcançará 5% (...) A distribuição das atividades industriais ainda mantém em 1907 a estrutura anterior: a indústria têxtil e a de alimentação compreendem a parte substancial do conjunto". Na mesma obra o autor continua a revelar, com base sempre em dados censitários, que a composição essencial da indústria brasileira por ramos segue inalterada por grande parte desse sub-período por nós assinalado, malgrado certa inversão de peso relativo entre os dois ramos principais e a inclusão, no perfil da produção, de outros ramos emergentes, porém de peso relativo ainda menor.

Todavia, a partir da década de 50, o perfil da industrialização capitalista sofre mudança no país. O número de estabelecimentos industriais triplica até o início da década de 60, ramos ligados à produção de meios de produção (máquinas e motores, metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações, construção civil) e de produção de duráveis avançam na composição dos investimentos, enquanto os de produção de bens-salários (não-duráveis) caem na participação do capital instalado. Paralelamente a este processo avança um outro corolário seu: a centralização do capital, agora com a presença crescente dos capitais de corte monopolista.

Assim é que, para sintetizar, pode-se caracterizar todo o largo período no qual se sustentou, não obstante a experiência de uma crise de superprodução — a que vai de 1962 a 1967 —, um amplo processo de reprodução ampliada de capitais, como foi dito, logrado a expensas de uma taxa de mais-valia já alta desde os anos 1940, mas muito mais elevada durante a ditadura pós-1964 e que foi capaz de ampliar a plataforma de capital fixo até o início da década de 1970, com as seguintes determinações.

Em primeiro lugar, a reprodução ampliada e diversificada de capitais, com ampliação da capacidade física instalada privada da produção (ampliação do capital físico: máquinas, instalações, portanto, também, do capital circulante: matérias-primas e materiais auxiliares e capital variável: gastos com mão-de-obra nos seus diversos níveis entre o trabalho mais simples e o mais complexo), que se dá, no início, com a produção industrial de bens-salários e, depois, de meios de produção (sobretudo a partir do Plano de Metas de JK) e que vai culminar com a marcha dada à acumulação industrial nos limites do "Milagre Brasileiro" até o início da década de 1970, quando tem início a segunda crise de superprodução, em 1973-74, a partir da qual se tornou comum uma capacidade instalada ociosa da economia (hoje esta capacidade ociosa beira os 30% de toda a capacidade instalada).

Em segundo lugar, esta mesma reprodução ampliada e diversificada do capital foi maciçamente reforçada pela presença das empresas estatais (Petrobrás, Vale do Rio Doce, Volta Redonda, Eletrobrás etc.), que se incumbiam dos ramos que requeriam maior tempo de

maturação e uma mais lenta rotação do capital fixo, mas, em todos os casos, de grande valor agregado e que eram ofertados aos capitais privados, muitas vezes a preços subsidiados e desta forma servindo de alavanca à reprodução dos mesmos capitais privados.

Em terceiro, a construção, pelo mesmo Estado, de toda uma ampla plataforma de componentes de infra-estrutura física (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, saneamento etc.), que baixavam os tempos e os custos de circulação inscritos no processo de circulação do capital em geral.

Em quarto lugar, no seio mesmo de todos os avanços atrás assinalados, um crescimento sem precedentes do ramo de construção civil, o qual deu um salto a partir do funcionamento do Banco Nacional da Habitação (BNH).

Em quinto, a montagem e o desenvolvimento, sempre crescente desde o governo Vargas, passando pelo governo JK e os sucessivos governos militares, de uma tecnocracia estatal para as tarefas-suportes de administração e planejamento cobrindo as esferas federais (BNDE, IPEA etc.), federais-regionais (BNB, SUDENE, SUDAM, DNOCS etc.), estaduais (centros de estudos e de pesquisas e secretarias de planejamento estaduais) e até municipais, larga e onerosa, mas imprescindível para o crescimento industrial de todo o período. O Estado, produtor e indutor, não se limitou a alavancar o crescimento vertical da economia, mas promovia também o seu crescimento horizontal, vale dizer, a descentralização espacial da economia — com a construção de Brasília, a implantação da SUDENE, a construção das BRs 101 e 116, entre outras.

É durante este largo período, a rigor de cerca de seis décadas de duração, que nasce uma larga demanda por mão-de-obra, da mais simples à mais complexa, sem a qual o referido processo de acumulação ampliada do capital no Brasil teria sido impossível. O leque de exigências cresce e se diversifica: peões, pedreiros, carpinteiros, mestres-de-obra, pintores de parede, eletricitas, vidreiros, mecânicos, metalúrgicos, sondadores, topógrafos, agrimensores, técnicos em perfuração, operadores das linhas demontagem em geral, inspetores de qualidades, condutores de caminhões, ônibus, guindastes e tratores, funcionários administrativos para as mais variadas instâncias, tecelões, petroleiros, petroquímicos, gráficos, garçons, trabalhadores nas mais diversas unidades produtoras de alimentos e bebidas, contadores, bancários e operadores e demais tipos de funcionários de instituições financeiras, professores, engenheiros (civis, mecânicos, de minas etc.), arquitetos, urbanistas, geólogos, agrônomos e pedólogos, veterinários, médicos (nas mais diversas especialidades), biólogos, dentistas, psicólogos, assistentes sociais, pesquisadores e sociólogos, advogados, economistas e técnicos em administração, psiquiatras e psicanalistas, vendedores e corretores nos mais diversos níveis, planejadores tiveram suas demandas ampliadas no bojo dos requerimentos por mão-de-obra registrados em todas as ordens de determinações mais atrás descritas e ressaltadas.

É este crescimento da economia, bem como a sua descentralização regional, com nível de emprego em geral também crescente, que cria esta variadíssima demanda, a qual vai ser atendida por um ensino público e gratuito nos moldes das exigências de empresas privadas, escritórios, consultórios, consultorias, empresas estatais, órgãos de planejamento etc. Este ensino teve de ser suprido pelo Estado, do curso “primário”, passando pelo “médio”, chegando ao ensino profissionalizante (“escolas técnicas”, “escolas parque”, “ensino normal”, etc.) e ao ensino “superior” (Universidade) — e, para completar e adequar, pelos inúmeros esforços de especialização de trabalho complexo em vários níveis, como em planejamento, etc. É nesse âmbito, no bojo desse crescimento, que se pode falar de um projeto de educação e de Universidade adequado ao capitalismo brasileiro da fase nacional-desenvolvimentista até a crise do “Milagre” e da ditadura. Destarte, todo o ensino da educação montado no Brasil, de cerca de 1930 á época do “Milagre”, da educação “primária” à “superior”, um sistema de educação basicamente público e, malgrado retardamentos e insuficiências de oferta, na qualidade necessária ao referido processo geral de acumulação de capitais no Brasil, foi montado rigorosamente para servir à produção e reprodução capitalistas. E nem poderia ser de outro modo.

Este “projeto” — tanto o desenvolvimentista quanto o da educação em geral e o da Universidade em particular — teve seu fim a partir da Ditadura, que começa a desmontá-lo. Se alguém, consciente ou inconscientemente, pensa (ou defende) algo parecido hoje, está totalmente enganado, pois se trata de um projeto que, do ponto de vista das necessidades da produção e da reprodução geral do capital no Brasil, desapareceu para sempre e sem qualquer possibilidade de retorno.

O segundo período e o segundo projeto

Da crise dos anos 1970-80 até os dias de hoje todo aquele processo cumulativo foi revertido no seu oposto, com a da re-estruturação produtiva e o neoliberalismo. A realidade da economia é, a partir daí, a de uma crise na qual despencam todos os indicadores econômicos e sociais: taxas de crescimento do PIB, taxas de lucro e de investimentos, taxas de salário, desemprego estrutural crescente, precarização das condições de trabalho mais graves do que antes, capacidade ociosa da economia no longo prazo, entre muitos outros, constituem a nova fisionomia da economia do Brasil.

A acumulação de capital perdeu pique, grande parcela do parque industrial produtivo foi sucateada, a outra parcela, quase toda, passou a operar com capacidade ociosa, o

enxugamento passou a ser norma e a descentralização espacial da economia foi e continua sendo truncada, contraída. As empresas estatais foram privatizadas e enxugadas, outras faliram ou se tornaram sucatas. O mercado de trabalho, que antes exigia e dava emprego a todas as categorias mais atrás assinaladas não só contraiu bruscamente como rebaixou — até por conta da precarização e do desemprego — os salários e as condições de garantia e de segurança do trabalho, do emprego e das conquistas trabalhistas. O mercado dos antigos profissionais liberais diminuiu com a concentração da renda e este mercado foi invadido por gigantescas empresas privadas, *verbi gratia* o que ocorreu na esfera da saúde e da educação. Os salários do setor privado e público foram achatados não só por conta do enxugamento e da crise como por conta da super-oferta de mão-de-obra e dos planos de ajuste fiscal. No Estado, o técnico em planejamento, outrora tão prestigiado, tornou-se uma caricatura desempregada ou sub-remunerada. A infra-estrutura não só deixou de crescer como está literalmente sucateada, o que também fez diminuir empregos na referida atividade.

E agora, o mais grave: aumento da carga fiscal, facilitação (pela desregulamentação e precarização das relações de trabalho) da elevação da taxa de mais-valia também absoluta, privatização, flexibilização, desregulamentação, reformas, etc., etc. que só têm um significado: potencializar a hegemonia do capital financeiro, favorecer a um diminuto segmento de capitais produtivos imperialistas e queimar, de forma crescente, o restante capital produtivo. Não podem fazer coisa diferente disto: toda a política econômica e social objetivada não aponta para outro rumo.

Como conseqüência de tudo isto, com mão-de-obra redundante, a economia e o Estado recuaram na demanda por todos esses segmentos de profissionais — nos diversos níveis supridos pela educação fundamental, média e universitária. As estruturas de ensino passaram a não ter mais o mesmo interesse nem da economia e nem do Estado — e é isso o que explica: a) o implacável rebaixamento do nível de ensino público e gratuito — na verdade um literal sucateamento de todo o sistema de ensino — tanto no fundamental como no dito “superior”; b) porque que o capital concentra sua reduzida demanda por trabalho complexo nos chamados “centros de excelência” pontuais encravados em alguns institutos e universidades; c) o crescente afastamento do ensino em relação à sociedade, que era mantido — e só poderia sê-lo, em se tratando de uma sociedade capitalista — por meio do mercado — e, conseqüentemente, a asfixia, em regime de inutilidade crescente, de todas as estruturas de ensino.

Consequências imediatas e definição do campo de luta no âmbito da educação

Neste contexto, o do período pós-Milagre, que dura até os dias de hoje, a educação — como a saúde — passou a ser vista apenas como uma área de investimento privado no qual o capital vai buscar realizar taxas de lucro alternativas. A educação que se enquadra neste cenário só pode ter um caminho: privatizar o que ainda possa ser rentável não importando nada além do alvo — o lucro que o ensino privado pode dar, mesmo que pela venda de serviços educacionais sem os mínimos padrões de qualidade, processo que já desponta na chamada “privatização interna” e na subsequente privatização externa e total. Já não importa se as pessoas que são “educadas” vão ingressar no mercado de trabalho ou não, se têm “competência” ou se deixam de tê-la, se vão ser massiva e socialmente úteis ou não. O que importa para o capital e o Estado é se o ensino vai dar lucro ou não, ou por outra, se um número crescente de diplomas pode ser vendido e a que preço. É o período atual, no qual se multiplica o número de universidades particulares, instituições em geral carentes das mínimas condições de um ensino eficaz (como laboratórios etc.), no âmbito das quais o maior interesse é pelo ensino a baixo custo, nenhum efetivo controle da qualidade, taxa de lucro elevada, o subsídio governamental, a quantidade e nas quais a escolha dos cursos recai sobre as áreas de um ensino o mais barato possível para uma taxa e lucro a mais alta possível.

Em função do exposto e considerando que: 1) a volta a algo como um projeto de educação — fundamental e universitário — público e gratuito como o anterior não é mais possível; 2) em face do desemprego estrutural, da reestruturação produtiva, do neoliberalismo e da crise do Estado, já não é mais possível retomar uma perspectiva de emprego como antes; 3) ser inaceitável o projeto neoliberal em curso, pois bem, em face destas três condições dadas, a questão para alunos, pais de alunos, funcionários e professores passa a ser esta: que tipo de projeto e de reforma é possível para a educação em geral e para a Universitária em particular, de maneira que a uma educação nova deva corresponder, em tese, um nível de emprego alargado e, com este, como um pressuposto sine qua non, um desenvolvimento das forças produtivas antagônico ao que está em curso, para que não tenhamos um derrame de profissionais diplomados mas medíocres e, ainda por cima, desempregados ou pagos a preço vil? Ou tal projeto é impossível, por serem impossíveis suas premissas estruturais e estatais? E então, qual a plataforma de luta deve guiar a ação das forças sociais de oposição? Ou não será verdadeiro pensar que, nos marcos do chamado sistema sociometabólico do capital, tal projeto é impossível? Se for este o caso, em que plano estratégico, tático e organizativo devemos colocar as nossas exigências para a educação como um todo?

Como foi visto, não basta exigir um bom padrão de ensino público e gratuito, porque, para que a educação assim conquistada pela luta possa ser traduzível na garantia de emprego e de remuneração — sem o que teríamos, no máximo, um número crescente de diplomados sem empregos ou desempregados com diplomas (inclusive mestres e doutores)—, a luta pela educação é também a luta por emprego e salários. Mas, empregos e salários em escala ampliada e em permanente ampliação encontram-se diante de uma barreira dada pela conjugação de um modo de produção afunilado em suas possibilidades, em crise de superprodução recorrente e às voltas com a franca possibilidade de depressões produtivas

acompanhadas de cracks financeiros em série e à escala, no Brasil e no mundo todo. De maneira que o cenário de luta de alunos e trabalhadores da educação (professores e funcionários das instituições de ensino em geral) não difere da luta em outras esferas tais como a luta pela terra, a luta pelo emprego, a luta salarial trazendo no seu bojo a negação da inumana taxa de exploração do trabalho, a luta pela própria vida. Trata-se desta vez, num cenário da crise mais profunda e sistêmica da ordem sociometabólica do capital, de lutas mais relacionadas entre si do que em quaisquer conjunturas e perspectivas do passado, de lutas que, ao fim e ao cabo, devem ser colocadas aos trabalhadores com a clareza e urgência que o caso requer: uma luta anti-capitalista sem tréguas. Como quem diz luta anti-capitalista diz também, e necessariamente, luta pelo socialismo, é desta que, da primeira à última instância, se trata. E como as condições objetivas para esta luta já estão em grande medida dadas e as condições subjetivas começam a aparecer, a luta anti-capitalista e a luta pelo socialismo devem ser postas como uma luta única e com a máxima clareza e urgência., muito antes que a barbárie, já em curso, ganhe a parada.

II. O IMPERIALISMO NO SÉCULO XXI: A CRISE AMERICANA COMO EPICENTRO DA CRISE MUNDIAL

“Nada acrescentam à riqueza da terra, desde que só produzem para finalidades bélicas, sendo o propósito de fazer guerra estar sempre em melhor posição para fazer outra guerra” (1984 – George Orwell)

“A guerra do século XXI que se perfila no horizonte não só não é ‘vencível em princípio’, mas, pior do que isso, é em princípio não vencível” (István Mészáros)

“Quem acredita no Diabo já começa a pertencer-lhe” (Doutor Fausto - Thomas Mann)

No seu famoso “1984” George Orwell já apontava que, para apreender a natureza da guerra, um dos primeiros aspectos a serem compreendidos é que ela não pode ser decisiva¹. Ela deve durar, durar e não acabar nunca. Uma guerra assim, sem fim e sem vitória é necessária ao capitalismo em crise. Uma guerra que, como as outras, devore os excedentes de mercadorias que o restrito mercado mundial já não absorve pelas vias genuinamente econômicas, uma guerra que provoque destruição e matança e que reclame reconstrução e reordenamento político, para gáudio dos conglomerados capitalistas e da política imperial.

Mas a guerra do século XXI deve dar cabo não apenas do excedente de mercadorias, mas do excedente de vidas humanas, que o capitalismo já não consegue empregar e que se constitui em peça supérflua, onerosa e perigosa. Falamos, claro, da lógica da produção e do mercado, da classe capitalista e dos seus respectivos Estados. O não aproveitamento de milhões de trabalhadores no mundo revela a incapacidade do sistema em absorver mais portadores de trabalho abstrato, o que evidencia a contradição estrutural em que está metido e põe a nu vários dos mecanismos de erradicação da vida de que lançam mão para dizimar a população sobranter.

Mas continua sendo preciso ludibriar para fazer a guerra, é necessário manipular as consciências e o medo da população, fazê-la acreditar numa vitória, na “sua” vitória, que trará a “sua” segurança. Assim, a destruição alheia passa a ser não apenas aceitável, mas justificável. Rotular o fanatismo, o extremismo e a tirania do outro, enquanto se esconde a sua própria, faz

parte da astúcia psicológica desencadeada pelas vozes oficiais e oficiosas do Estado e da mídia. O contraponto desse processo é também alimentar o fanatismo, a credice e estupidez do “eu”, ou melhor, da própria população. Para que esta não se constitua também em empecilho aos ditames imperiais, é necessário criar e solidificar uma falsa visão de mundo, manter sob controle e manipulação, senão toda a população, ao menos a maior parte dela, ao passo em que se mantêm as hierarquias e a estrutura da sociedade.

O que tem de novo no presente século é que, ao contrário do que dizia Clausewitz, 2 a guerra já não é apenas “a continuação da política por outros meios”, mas faz parte de um mecanismo de

dominação geoestratégico global empreendido por um país que quer se impor como o Estado internacional do sistema capitalista enquanto tal: os Estados Unidos da América. 3 Muitos teóricos, como István Mészáros 4 têm concordado quanto ao fato de vivermos hoje uma nova fase do imperialismo, na verdade, uma fase qualitativamente diferente do próprio Modo de Produção Capitalista. Esta novo momento teria iniciado no início dos anos 70, quando se inaugurou a atual crise estrutural do sistema, acirrou-se após a adoção do neoliberalismo em escala mundial nos anos 80 e 90, mostrou os graves sinais de turbulência na crise do México, em 1994, na crise asiática de 1997, seguido da Rússia, Argentina e até passou pela pátria do Tio Sam, quando do estouro da bolha especulativa das empresas de tecnologia nos EUA, fazendo o mundo acordar do curto sonho da “nova economia”.

Mas o que se quer dizer com mudança qualitativa no capitalismo? Quais são os sinais mais evidentes de que vivemos uma época de transformação no Modo de Produção? Para onde nos levará essa mudança? Trata-se de uma opção dos principais gestores do sistema, ou foram compelidos a isso pela crise econômica? Ajudar a entender algumas dessas questões candentes da nossa realidade será um dos propósitos deste artigo, assim como abordaremos a crise no coração do império, as medidas tomadas para tentar resolvê-la, sobretudo pelos Estados Unidos, e os interesses daquele país nas guerras que já aconteceram e nas que darão seqüência ao seu projeto de dominação frente a todos os povos do mundo.

UM NOVO MOMENTO DO CAPITALISMO?

O desdobrar da crise de superprodução iniciada nos finais da década de 60 e início dos anos 70 trouxe ao mundo transformações qualitativas de impacto. Características próprias desse novo momento levaram o regime de acumulação capitalista a um novo patamar. É o que François Chesnais chama de “regime de acumulação predominantemente financeira”. Nessa nova fase, para compreender o movimento do conjunto do capital, segundo esse autor, é necessário apreender os movimentos gestados nessa esfera financeira. Muitas vezes é preciso partir dela própria, a atual “ponta de lança do movimento de mundialização da economia”. 5

Antes de entrarmos em alguns aspectos que dizem respeito mais propriamente ao campo financeiro, é preciso pontuar que a ascensão do capital financeiro e das políticas neoliberais que lhe dão abrigo deu-se por conta da incapacidade do capital produtivo de continuar tendo taxas de lucros tais como no ciclo do pós-guerra. Ou seja, a crise atual, ao contrário do que ventilam alguns economistas, não é consequência da ascensão do capital financeiro, mas este é que é uma consequência da crise, cuja raiz está no excesso da capacidade de produção. 6 Os capitais passaram a se deslocar exaustivamente para as finanças a partir do momento em que estava caracterizada uma crise de superprodução, taxas de lucro insignificantes e os mercados já não podiam mais absorver todas as mercadorias que o sistema era capaz de produzir. A queda da lucratividade das economias foi o sinal de alarme interpretado pelos capitalistas como o momento para diversificar suas aplicações, não exatamente em outros setores do capital produtivo, mas na esfera eminentemente especulativa e parasitária.

O passo seguinte e lógico desse processo foi a adoção mundo afora do neoliberalismo como política do capital a partir do final dos anos 70. Desde então, e num ritmo crescente, foram questionadas as políticas keynesianas como incapazes de fazer voltar a lucratividade do capital, e o desemprego foi provocado deliberadamente, a fim de reduzir os custos salariais e aumentar a exploração do trabalho. 7 Veio também a chamada “reestruturação produtiva”, que tratou, dentre outras coisas, de promover um enxugamento geral de custos nas empresas. A reorganização, que sempre visou o retorno de altas taxas de lucro, privilegiava as empresas que funcionassem com custos baixos e alta lucratividade, o que acirrou o processo de concentração de capitais e desemprego em massa, chamado de desemprego estrutural.

Outra característica marcante da adoção do neoliberalismo foi o processo de desregulamentação, ou seja, em diversos países do mundo o capital rompeu as amarras de leis e regras que buscavam “civilizá-lo”, como se isso fosse possível. Os Estados capitalistas trataram de implementar as políticas de privatização e liberalização, necessárias ao êxito do capital, e a jogar uma pá de cal sobre a agonizante social-democracia. A incursão das forças capitalistas sobre as conquistas dos trabalhadores, a derrota dos sindicatos e sua consequente cooptação pelas empresas e o Estado, marcaram também toda uma ação do sistema que aspirava ao retorno galopante dos lucros. Mas as transformações qualitativas não pararam na

alteração da força política entre o capital e o trabalho; tornou-se imperativa uma nova orientação rumo ao processo de internacionalização capitalista, de modo que o capital tivesse mais liberdade de movimentação na esfera internacional, não apenas de um país para outro, mas de um continente para outro.

A globalização, ou “mundialização do capital” (Chesnais), foi o processo econômico, mas também ideológico, colocado a todos como orientação capitalista, uma “imposição dos tempos” contra a qual “não há alternativa”, era o discurso do capital. O que o sistema necessitava, junto às políticas neoliberais e a conseqüente reestruturação da produção, era desencadear um mecanismo de recuperação e instauração de um novo ciclo de crescimento e de altos lucros, momento esse jamais alcançado outra vez. Destruir qualquer organização ou relação social que fosse empecilho à lógica de valorização passou a ser um desiderato desse sistema, que buscava, mais do que nunca, a liberdade de ação do capital.

Os anos 80 e 90 alavancaram o processo de “mundialização do capital”, onde se revelou a importância dos “investimentos externos diretos”. 8 Era o momento de o capital valorizar-se diretamente em locais onde antes buscavam apenas trocar mercadorias. Era a exportação de capital para todos os lugares onde houvesse chance de lucros, mesmo nos mais longínquos rincões do planeta, onde fosse mais barato produzir e expandir a relação-capital, o que implicava em irradiar pelo mundo não apenas o modo de produzir capitalista, mas também o conjunto de suas relações sociais. O que há de novo no fenômeno é que já não se trata mais de uma “globalização das trocas”, uma continuidade da ocidentalização do mundo como iniciado no século XVI, mas de uma “globalização do capital”; não somente o prosseguimento da constituição de um mercado mundial, mas uma globalização dos investimentos e da produção, uma globalização da relação-capital. 9

Tal fenômeno dizia respeito tanto ao capital produtivo, aplicado na indústria e alguns serviços, quanto ao capital que se valoriza conservando a forma-dinheiro. Esse é um outro dado novo da conjuntura da crise. Não que a utilização parasitária do dinheiro seja algo de novo, mas o volume que atingiu, e que só faz aumentar, coloca o mundo diante da “globalização de uma massa de dinheiro que se valoriza” (Chesnais), principalmente pelo superdimensionamento dos mercados financeiros.

Capital industrial, capital comercial e capital financeiro: o primeiro produz valor e mais-valia, o segundo promove uma punção da mais-valia gerada pelo primeiro, e o último, tradicionalmente, valoriza-se por meio de empréstimos e aplicações. São esses os três ciclos estudados por Marx em *O Capital* e que foram ordenados, até boa parte do século XX, pelo capital produtivo, até o desenvolvimento do processo a que ora nos referimos. Era o capital produtivo o núcleo central do capitalismo, como o definia Charles-Albert Michalet, em estudo clássico. 10 O capital mercantil e o monetário eram subordinados ao ciclo do capital produtivo,

segundo Michalet, visão da qual compartilhava François Chesnais em seus primeiros estudos. Esse último autor, no entanto, passa a sustentar a hipótese do “crepúsculo” da dominação do capital industrial, e da necessidade de atentarmos para certa autonomia do capital mercantil e do monetário. 11 A sempre relativa autonomia desses capitais perante o capital industrial, e a incapacidade desse de gerar novos ciclos de crescimento e lucros, em razão da superprodução, deixou como alternativa aos capitalistas ou acentuar o movimento de interpenetração com o capital monetário ou até submeter-se às exigências desse último.

Chegamos ao que é uma das principais características do processo de mundialização do capital: o domínio do capital financeiro como força autônoma perante o capital industrial. Instituições financeiras bancárias e não bancárias passaram a determinar investimentos e a forma de exploração dos assalariados. É uma alteração qualitativa observada em meio às relações entre os elementos diferenciados da totalidade capitalista. É a guinada do capital financeiro como principal fração do capital e que tende a imprimir a sua marca no capital industrial e no capital comercial, ou seja, no conjunto das operações do capitalismo contemporâneo. 12 Tal dinâmica transformou rapidamente os investimentos financeiros no principal anfiteatro dos negócios do mundo, a ponto de, em 1995, o mercado especulativo movimentar cerca de 1,9 trilhões de dólares diariamente, cerca de 10 vezes mais que os recursos que giravam na área produtiva, cenário sem precedentes na história do capitalismo.

13

Se o movimento em direção ao capital especulativo foi uma válvula de escape para o mundo capitalista, esse deslocamento não se deu sem contradições. Ao mesmo tempo em que cria riqueza fictícia, sem lastro na economia real, o frenesi especulativo é um movimento desindutor do investimento na área produtiva, a área, digamos, “saudável” para geração de riqueza, se nos reportarmos à lei do valor. O que acontece hoje é uma inversão da lógica da acumulação baseada na lei da valorização do capital estudada por Marx. A valorização fictícia do capital parece até não conhecer limites, e passa pelo mercado de títulos, de futuros, ações, o mercado cambial, derivativos, e todos esses mecanismos incrementam uma financeirização da riqueza, uma valorização a um só tempo real e fictícia. 14 Real como uma bolha de sabão e quebradiça como tal, visto que não resiste a ventos ou sacudidas da economia concreta.

O festival especulativo dos ganhos fáceis e rápidos, além de não impulsionar as forças produtivas, faz o papel de seu algoz. Dada a possibilidade de lucros sem maior esforço, uma grande parcela de empresas produtivas está alocando seu capital na órbita financeira, dividindo no interior da própria produção a possibilidade de investimentos, submetendo-se ainda mais aos ditames e regras desse capital que, de uma só cartada, infla as riquezas e também as contradições do sistema. Essas contradições são a essa altura insolúveis, dado o comprometimento do capital produtivo, a ciranda especulativa sem retorno em que se meteu, e a incapacidade de fazer surgir um novo ciclo de crescimento da economia capitalista.

Deixemos de lado, por ora, as considerações mais teóricas e vamos lançar luzes no mundo das contradições concretas. Quais as reais possibilidades de saída da crise e o que fazem empresas e países para dar conta do problema? O que fazem os Estados Unidos, a única superpotência mundial, para ratificar e ampliar sua hegemonia em meio a todas as contradições e à universalidade da crise?

SERIA A GUERRA UM DINAMIZADOR DA ECONOMIA?

A crise de que falamos atrás não se dá mais, como outrora, no âmbito puramente nacional; com a mundialização do capital, ela também se globalizou. Não é mais conjuntural e periódica, mas uma crise que atingiu a estrutura do sistema e se reproduz há mais de três décadas sem perspectiva de solução duradoura. Tal fato empurra o capital para a adoção de estratégias mais agressivas e aventureiras. É o que se dá com o militarismo em que se lançaram os Estados Unidos, o virtual Estado supremo do sistema do capital, que impõe, a ferro e fogo, a quem quer que lhe faça oposição, a violência militar extrema. 15 O sistema capitalista contemporâneo e principalmente o país que é o carro-chefe, a locomotiva do capital, utiliza-se da violência de maneira cada vez mais aberta e desavergonhada.

Põe-se então a seguinte questão: podem os EUA, por meio da guerra, queimar capital excedente a ponto de redinamizar o sistema e fazer a economia entrar num novo boom? Dentre outros fatores, as guerras têm o papel de destruir capital constante e variável; tais destruições, embora sejam consideráveis para os países atacados, até agora se mostraram absolutamente insuficientes para impulsionar um novo e amplo ciclo de acumulação capitalista no centro do sistema, como logrou acontecer após o fim da Segunda Guerra Mundial. 16 A revista britânica *The Economist*, lamentou o ataque dos Estados Unidos à Iugoslávia, pois “as destruições de capital no Kosovo e na Sérvia foram demasiado limitadas para oferecer aos capitalistas os mercados da reconstrução (energia, infra-estruturas, etc.) que tanto esperavam”. 17 Tais conflitos, do ponto de vista da resolução dos problemas estruturais do capital, pouco têm contribuído para elevar as taxas de lucro e ampliar a demanda efetiva, a ponto de poder dinamizar a economia como um todo. Apenas alguns ramos de atividade, como a indústria bélica, saíram mais fortalecidos, assim como toda uma máfia de traficantes existentes no mundo que contrabandeia armas e equipamentos sofisticados para finalidades bélicas. Esse é um dos motivos pelos quais o já citado István Mészáros define a conjuntura capitalista hoje como tendo passado da “destruição produtiva” para a “produção destrutiva”. Agora a irracionalidade do sistema não apenas destrói o que foi produzido, para livrar-se do

excedente, mas a produção já tem a finalidade prévia da destruição. Tal é a racionalidade do sistema capitalista.

Os EUA e seus aliados, por mais bem equipados que estejam no que diz respeito ao arsenal militar, não têm conseguido, ao menos nos últimos tempos, colher as vitórias de que necessitam para dar seqüência ao seu projeto imperial, apesar do terrorismo perpetrado contra vários povos do mundo. Mais adiante trataremos das armadilhas em que se meteram os EUA ao atacar o Iraque e a arapuca ainda mais intrincada que seria uma guerra ao Irã. Por ora fiquemos com uma contradição que tem incomodado a política externa americana: apesar do fato dos Estados Unidos serem a única superpotência militar existente — sozinhos eles investem mais em poderio bélico que os outros 15 países que vêm a seguir na seqüência da lista dos maiores gastos —, a sua política unilateralista os tem levado a um acentuado isolamento político. O cinismo e a agressividade com que querem impor os seus projetos resultaram num antiamericanismo sem precedentes.

A extrema-direita, que hoje dirige a Casa Branca, imprime ao planeta uma concepção imperial com viés nitidamente fascista, onde se percebe, inclusive, traços do fascismo clássico. Além da violência externa, percebem-se sinais de despotismo e violência interna direcionada a qualquer pessoa ou grupo que procure se opor aos falcões de Bush e à sua ideologia. Outra característica é a violação do direito pelo Estado, quer seja do direito internacional, transgredindo tratados, convenções, etc., ou mesmo a demonstração de intolerância interna com os opositores, a quem podem prender, sem processo, apenas pelo fato de serem “suspeitos”. Um elemento chave do nazismo pode ser encontrado na direita americana no poder, que é a crença numa civilização superior, numa nacionalidade a tal ponto elevada que seriam eles os naturais dirigentes do mundo, como se autoproclamam. 18 Se um dos preceitos do fascismo é constituir um Estado totalitário, qual o Estado no mundo que mais se aproxima atualmente desse perfil? A ideologia do “Estado mínimo” é disseminada em toda parte, mas os americanos podem militarizar ao extremo o seu Estado e absorver as economias de todo o mundo para financiar suas guerras, num verdadeiro keynesianismo militar 19. Por fim, se o fascismo não perpetra genocídios, que significam então essas guerras para os povos que sofrem os bombardeios, têm suas vidas dizimadas e vêem milhares dos seus morrerem, mesmo depois das guerras, vítimas do urânio empobrecido cuspidas pelas canhoneiras do Tio Sam?

Não falamos ainda daqueles que são vítimas do “genocídio silencioso”, quer seja pela via das guerras ou mesmo da exportação da relação-capital, da subordinação aos ditames da valorização e dos que caem no desemprego estrutural, na ociosidade mais ultrajante e desumanizadora. Uma fração da classe dominante americana, ligada às finanças ou à indústria bélica, Conservadores e Republicanos, quer e necessita das guerras. A ideologia da violência, propagada pelos EUA para consumo interno de sua população, visa legitimar esse processo pelo qual se dão ao luxo de fazer “guerras preventivas”, atacar antecipadamente estados

“suspeitos” e usar de violência contra populações inteiras, que sofrem o seu genocídio silencioso, sem que a violência estatal americana se transforme aos olhos ocidentais em barbárie, o que de fato é.

Cutuquemos agora o leão com a vara curta. Por que os Estados Unidos tanto se preocupam com os recursos energéticos do planeta a ponto de querer ter um controle global sobre esses recursos? Como anda sua poupança interna? É real e “saudável” o crescimento conhecido pela economia americana até a reeleição de Bush? O que há por trás disso?

A CRISE AMERICANA VISTA POR DENTRO

“A técnica principal utilizada pelos governos burgueses para tentar ‘controlar’ o ciclo depois de 1945 foi a política de expansão e controle sucessivos do crédito, isto é, da moeda escritural e da massa monetária no seu conjunto. Assim, para frear a amplitude das crises periódicas contínuas de superprodução que vinham ocorrendo havia 25 anos, aplicaram a expansão do crédito e a expansão monetária (tratando-se, bem entendido, de esforços para reduzir a amplitude das crises, não para impedir o seu desencadeamento, para o que houve tanta incapacidade como no passado)” 20

A lapidar frase de Ernest Mandel, reproduzida acima, é a síntese perfeita para se entender e desmistificar o crescimento da economia americana desde o final do ano de 2001. Tal crescimento, como veremos, é mais um mecanismo utilizado pela esfera monetária do que um crescimento da economia real calcado em aumento da riqueza material pela via da produção ou da produtividade; é um desenvolvimento sustentado pelo oferecimento farto e incontrolável de créditos a juros baixíssimos, mas que não esconde as severas contradições por detrás do fato.

O jornalista econômico F. William Engdahl sintetizou magistralmente os fatores que envolvem a atual crise americana no que tange a sua economia interna. 21 Levantaremos aqui alguns dos principais aspectos observados em seu texto, a fim de verificar todo o ilusionismo que pode proporcionar uma economia que já não consegue mais fugir da crise e que, por isso, inventa mecanismos tão sensacionais quanto perigosos para postergá-la. Esses passes de mágica, se funcionam conjunturalmente como contra-tendências da economia em direção à depressão, acirram ainda mais as contradições, a ponto de, em algum momento, a crise poder se tornar muito maior do que os mecanismos disponíveis para o seu enfrentamento.

Muitos analistas econômicos não se cansam de ofertar aos Estados Unidos o crédito pelo crescimento verificado no mundo capitalista no ano de 2004. Países como o Brasil, México, Coréia do Sul, Inglaterra, França e Alemanha, há muito que não operavam com uma taxa do crescimento do PIB como a apurada no ano passado. A China continua sua marcha de crescimento e já aponta, com preocupação, para um superaquecimento da sua produção. O alardeado crescimento, no entanto, baseia-se na oferta de crédito barato em dólar, dado pelo Banco Central americano, o FED presidido por Alan Greenspan, e pela administração de George W. Bush. 22 Para aquecer a economia americana após a recessão de 2000-2001, foi ofertada uma combinação de facilidade para tomar empréstimos a juros tão baixos como só vistos em tempos de guerra, junto com o estímulo econômico proporcionado pelos gastos deficitários com o orçamento. A contrapartida a esses déficits é a emissão de títulos pelo governo americano, comprados pelo resto do mundo, sobretudo pela Europa, Japão e China.

Até quando a economia sustentará e suportará esse esforço? O crédito barato em dólar ajudou a aquecer diversas economias em todo o mundo, mas quais as conseqüências disso? Que acontecerá quando as taxas de juros dos EUA forem forçadas a subir? O que vai ocorrer com o endividamento criado no rastro do crédito fácil para estimular uma economia que patinava? Essas são algumas questões que constroem o mundo capitalista nesse momento de constatação de que mais uma bolha foi criada, agora uma bolha imobiliária. 23 Seu objetivo é fazer inflar um modo de produzir que já conheceu o seu apogeu, mas que se envereda em direção ao colapso, com as possíveis convulsões que advirão desse fenômeno. Vejamos a seguir alguns dados para examinar a tal bolha.

A “recuperação virtual” (Engdahl) da economia nos EUA deu-se com o endividamento recorde das famílias americanas estimuladas e atraídas para a compra da casa própria, com juros a 1% ao ano. É talvez o único exemplo na história em que a recuperação de uma economia se faz não com a poupança, mas com o endividamento maciço da população. Quem compra imóvel precisa de mobiliário, de carro, emprega trabalhadores, enfim, o processo de endividamento artificial e em larga escala gera um aquecimento na economia. US\$ 1 trilhão de dólares foi lançado na economia americana no ano de 2003, apenas com novos empréstimos hipotecários. 24 Foi o consumo verificado por esse mecanismo que criou a ilusão da recuperação econômica, necessária não apenas para dar um fomento à principal economia do planeta, mas também para ajudar a reeleger o caricato presidente americano, para consolidar sua fração de classe no poder e dar seguimento ao projeto imperial.

Acontece que a superprocura por imóveis levou também a uma inflação no preço médio das casas de cerca de 50% desde 1998, e muitos já compraram suas casas com os preços no pico. Junto a isso, por conta do aumento no mercado internacional dos preços do petróleo, do aço, da madeira, e até pelo derrame de dinheiro na economia, os EUA passaram a conviver com

uma inflação como há muito não se via. Dentre outros motivos e até como consequência da inflação, precisam lançar mão do mais ortodoxo mecanismo de contenção inflacionária, que é o do aumento dos juros, e isso já começou a ocorrer. Mesmo antes da reeleição de Bush o FED já havia dado início à escalada nas taxas de juros, passando de 1% para 1,5% ao ano. No dia 9 de agosto de 2005, depois do décimo aumento consecutivo, a taxa chegou a 3,5%, maior índice desde setembro de 2001, e segue numa perspectiva de alta que já começa a assombrar o mundo, na expectativa de uma nova recessão. 25

Com um fardo de dívidas acumuladas, com o dólar perdendo valor frente às principais moedas do mundo e com uma incômoda inflação no encaixe, não resta alternativa aos EUA senão jogar suas taxas de juros para cima, voltando a um patamar de “normalidade”, até para se tornarem mais atrativos aos especuladores internacionais. O problema é que subir a taxa de juros compromete a capacidade de pagamento das famílias endividadas, o que revelaria o volume dos créditos podres e a cilada em que se meteu o sistema financeiro americano. Taxas antes administráveis, porque baixas, começam a se tornar incontroláveis à medida que sobem os juros. Dados do FED mostravam um nível de dívidas totais acima de US\$ 35 trilhões, em 2004, o que dá uma média de US\$ 450 mil para cada família típica de quatro membros. 26

Em síntese, se os juros forem aumentados, poderá haver uma flagrante incapacidade de pagamentos das dívidas e uma quebradeira bancária na maior economia do planeta. O estouro da bolha faria descer para níveis reais o preço dos imóveis e os tão comemorados consumidores ver-se-iam com dívidas infladas e bens desvalorizados. Por outro lado, uma permanência dos juros em patamares baixos pode fazer recrudescer a inflação, diminuir as aplicações financeiras nos EUA e trazer um enfraquecimento ainda maior do dólar. É o preço a pagar pela jogatina financeira. O impasse está dado e o FED se arrasta em meio ao desespero.

Como se não bastasse o imbróglio acima sintetizado, os desequilíbrios dos déficits americanos, quer seja o déficit fiscal ou a balança comercial — chamados déficits gêmeos —, beiram e até ultrapassam a faixa dos US\$ 500 bilhões por ano, com perspectiva de exceder os US\$ 600 bilhões neste ano de 2005. 27 Os Estados Unidos tornaram-se o grande cliente do mundo, importando massivamente de diversos países os produtos que consomem em sua economia. Isso revela, também, uma deterioração da capacidade industrial americana, cada vez menos competitiva, dada a corrosão dessa economia pela dinâmica financeira. 28 O outro lado da moeda, o déficit fiscal, dá-se, sobretudo pelo aumento dos gastos militares, e também pela redução tributária das grandes fortunas. A farra total já beira, em agosto de 2005, um incremento diário, pasmem, de US\$ 1,7 bilhões à dívida pública.

Como se sustentam déficits tão extraordinários sem que a economia entre em bancarrota? Acontece que o Japão, a China e também a Europa são os maiores compradores de títulos do Tesouro americano. Sobretudo para os dois primeiros países, que têm uma economia

eminentemente exportadora, é imprescindível a existência de uma superpotência que importe seus produtos. O entrelaçamento desses interesses e a interdependência das economias capitalistas ²³³³ assim nítidos. Também por isso, esses países continuam a comprar os títulos americanos e, com isso, financiam os seus déficits, financiando, por tabela, a aventura dos EUA no Iraque e suas guerras vindouras, as anunciadas e as em construção. Veremos, mais adiante, o problema do dólar e por que Japão e China, apesar dos interesses em comum, começam a diversificar suas aplicações e suas reservas. A persistência desse fato complicaria as contas americanas e o aumento de juros poderia escapar do controle “gradual” para entrar na esfera do choque, a fim de tornar seus papéis atrativos, o que levaria ao colapso das dívidas bancárias e praticamente à supressão da poupança pessoal.

O mundo se tornou refém de uma economia que precisa guerrear, que produz para destruir, e que abarrota o mundo de papéis (moeda fiduciária e títulos do tesouro) fadados à desvalorização. Em contrapartida, o mundo precisa sustentar esse grande cliente, sob pena de sua ruína significar também a ruína daqueles que precisam exportar para desovar suas mercadorias e acumular dólares. Se o Grande Irmão americano deixar de comprar, onde iriam parar as mercadorias produzidas em nível mundial? Haveria novos espaços de realização se se pensar, por exemplo, numa depressão mundializada? O que pode advir de um colapso do capitalismo? Os trabalhadores estão em marcha para estruturar uma sociedade sua e que se organize segundo a lógica do valor-de-uso e não do valor-de-troca? Por outro lado, que ações buscam os grandes capitais, a classe capitalista e os seus Estados para a saída da crise? Vejamos a seguir algumas das estratégias em jogo.

A FORÇA DO DÓLAR

Com os desequilíbrios estruturais acima apresentados, muitos se perguntam por que motivo o dólar mantém a posição de moeda hegemônica no cenário internacional. O déficit em conta corrente dos Estados Unidos aumentou 25% apenas no ano passado, atingindo US\$ 665,9 bilhões no final de 2004, segundo o Departamento de Comércio norte-americano. Esse déficit significava, no final de 2004, 5,7% do PIB, e era 4,8% em dezembro de 2003. A previsão é que cresça mais de US\$ 100 bilhões no ano de 2005. 29 Números como esses levariam a uma brusca desvalorização da moeda em qualquer país, no entanto, o dólar, apesar das tremedeiras recentes, mantém-se hegemônico. Por que motivo?

O papel do dólar como reserva mundial é crucial para a economia americana. Junto com o imenso poderio de sua força bélica, o dólar é um dos pilares da dominação americana sobre o

mundo. Para entender isso, é preciso nos reportar um pouco ao passado. Desde 1945, após os acordos de Bretton Woods, por conta da posição de superioridade norte-americana no pós-guerra, o dólar passou a ser utilizado como moeda de referência para as trocas comerciais em todo o planeta, como se diz, o “dinheiro do mundo”. Os Estados Unidos possuíam as maiores reservas de ouro e a sua moeda estava atrelada àquele metal, de forma que, quem possuísse dólar poderia trocá-lo por ouro da reserva americana. Os EUA, naquele momento de Guerra Fria, lideravam o bloco de países que incluía os europeus e o Japão.

Essa dinâmica começaria a fazer água a partir do momento em que se solidificavam as economias japonesa e européia, tornando-as fortemente exportadoras. Os déficits americanos começavam a incomodar, sobretudo num momento de gastos excessivos com a guerra do Vietnã. O escoamento de ouro das reservas dos EUA, por conta dos déficits crescentes, ameaçava a posição do dólar, e a Europa, principalmente a França, exigia a correspondência do ouro americano em troca de suas reservas em dólar. O problema tornou-se alarmante em 1971; até que, em setembro daquele ano, a administração Nixon, para evitar um colapso das reservas de ouro dos Estados Unidos, optou por adotar um sistema de divisas flutuantes e abandonar o Padrão Ouro. 30 A ruptura com o Padrão Ouro daria início a uma nova fase na economia norte-americana; mas, não apenas isso, iniciaria uma nova fase do próprio capitalismo, uma vez que não haveria mais uma referência material, o ouro, para a moeda. As “forças de mercado” é que passariam a determinar o valor do dólar. Essa moeda mundial passou a ser um instrumento monetário produzido e manipulado pelos Estados Unidos, e só por aquele país, e aceito por todos os outros com base apenas na confiança (fiat). Passou a ser o que chamamos de moeda fiduciária. 31

Um outro momento crucial e importante de solidificação da hegemonia do dólar foi a crise do petróleo, em 1973. Desde meados do século XX o petróleo é, por excelência, a fonte de energia do modo de produção capitalista. Na conjuntura do chamado choque do petróleo os preços chegaram a sofrer um aumento de 400%. Como todos os países do mundo, exceto os países exportadores, têm que importar petróleo, e as transações internacionais com o produto tinham (e têm) como referência o dólar, todos os países se viram na contingência de acumular dólares para pagar suas contas com a importação. Os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) abarrotaram-se de dólares que não podiam utilizar; como consequência do processo, aplicavam o maior volume desses recursos nos bancos ingleses e americanos. Estavam lançadas as bases para o fenômeno que seria batizado por Henry Kissinger como “reciclagem do petrodólar”, ou seja, americanos e ingleses recebiam os dólares da OPEP (petrodólar) e emprestavam-nos aos países do chamado Terceiro Mundo, dentre outras coisas para financiar suas próprias importações de petróleo, um dos principais artigos que perfaziam a composição de sua dívida.

A dívida dos países do Terceiro Mundo, nos anos 80, foi alavancada com o processo ora sintetizado e seria ainda mais catapultada com a brusca subida dos juros nos EUA, em fins de

1979, quando o então presidente do FED, Paul Volcker, para salvar o dólar de uma ameaça de queda, fez subir as taxas de juros americanas para 17% ao ano, e isso durante três anos. É perceptível a diferença em relação ao atual patamar dos juros, de 3,25%? Dá para desconfiar o que pode ocorrer se houver um retorno a um patamar como esse já historicamente verificado? O período que agora acompanhamos com alguns detalhes, lembremos, foi o que relatamos inicialmente como o momento em que o capitalismo entrou numa crise da qual nunca mais saiu — o período de elevação de órgãos como o FMI à posição de agente internacional cobrador de dívidas e ditador de políticas públicas para países devedores. 32 A partir de então a ordem foi, e continua sendo, a de cortar gastos com educação, saúde, assistência social etc., a fim de que sobrassem dólares para alimentar o mecanismo sugador de pagamento de juros e dívidas outras. Se a crise estava instalada no sistema de produção capitalista, por outro lado o mundo passou a conhecer um ultra-imperialismo capitaneado pelos Estados Unidos, pelos órgãos que lhe reforçam a capacidade de coerção, como FMI, o BID e o Banco Mundial, e pelas políticas neoliberais exportadas ao mundo, particularmente aos países da

América Latina, por meio do “consenso de Washington”. 33

O entendimento até aqui da questão nos dá ferramentas para compreender qual a importância de um dólar forte e estável no mundo capitalista hoje. Importância, sobretudo, para os Estados Unidos, já que o comércio internacional passou a ser delineado por uma arquitetura na qual os EUA produzem dólares e o resto do mundo produz bens que os dólares podem comprar. As economias competem para obter dólares necessários para suas reservas e para pagar os serviços das dívidas externas. A necessidade de acumular dólar é também uma espécie de obrigação para sustentar o valor cambial das moedas nacionais, uma espécie de antídoto para proteger os países contra ataques especulativos. Desse modo, os bancos centrais de todo o mundo têm de adquirir e manter reservas em dólares equivalentes às moedas em circulação nos espaços nacionais. 34 É aí que reside a hegemonia do dólar no mundo, pois, se todos têm e precisam dessa moeda, há no fundo um empenho mundial em mantê-la forte, apesar de todas as contradições, disputas e interesses que há em jogo. Há também, ainda em pleno século XXI, uma forte relação entre dólar e petróleo e só com o entendimento dessa relação poderemos compreender a guerra americana com o Iraque e todo o desdobrar do imperialismo americano neste começo de século.

MAIS UMA RAPINAGEM IMPERIALISTA NO IRAQUE

Como vimos anteriormente, o consumo mundial de petróleo, tendo o dólar como moeda de referência para o comércio desse produto, funciona como um subsídio para a economia americana. Foi visando atingir o âmago desse processo que os europeus criaram o euro para competir com o dólar e também se beneficiar das vantagens do mecanismo, desde, é claro, que o euro consiga se firmar como moeda de reserva internacional.

A guerra do Iraque, portanto, é “também”, mas não é “apenas”, um combate pelo ouro negro, não é apenas uma luta pelo controle geoestratégico do Iraque — que possui a segunda maior reserva de petróleo do planeta —, mas é, sobretudo, uma guerra pela divisa do petróleo, uma guerra surda, não declarada e não admitida, entre dólar e euro. Muitos analistas mundiais já vêem o euro como o motivo mais importante para a guerra, uma vez que essa moeda tem-se constituído como o grande fator de ameaça à hegemonia da economia americana e, portanto, à hegemonia dos Estados Unidos como única superpotência. 35

O objetivo de controlar as segundas maiores reservas de petróleo do mundo seria, para os falcões do governo Bush, uma espécie de pré-requisito para impedir que a OPEP adotasse o euro como moeda de referência para as negociações com o petróleo. Seria de suma importância para os Estados Unidos conseguir instituir um governo fantoche no Iraque e instalar diversas bases militares na região, além, é claro, de fazer o Iraque voltar a adotar o padrão dólar no seu comércio de óleo. Se esse último intento foi conseguido, já em meados de 2003, os arranjos para a instalação de um governo iraquiano continuam extremamente problemáticos e o país que os americanos alardeiam ao mundo como “democrático” tem sofrido a explosão de bombas e atentados de todo tipo, com centenas de mortes de iraquianos e também de atônitos e desesperados soldados americanos que já não sabem o que fazer para evitar retornarem à sua terra envoltos em sacos plásticos e com uma sanguinária bandeira estrelada a cobrir-lhes o corpo.

Mas como teria começado essa mais recente guerra com o Iraque? Quais os motivos que embalsamaram a disposição dos falcões de Bush para a guerra? Um movimento pouco veiculado — na realidade censurado pela mídia americana e internacional —, mas de suma gravidade no enquadramento político dos países mais importantes do capitalismo, foi a adoção do euro por Saddam Hussein como moeda de referência para o comércio de petróleo, desde o final do ano 2000. Numa atitude de afronta aos Estados Unidos e às negociações com a Arábia Saudita, quando da criação da OPEP, Saddam resolveu não mais usar a “divisa do inimigo” e adotar o euro para suas transações com petróleo. Além disso, converteu em euros todos os U\$ 10 bilhões de suas reversas internacionais.

O movimento de Saddam foi pouco importante no que diz respeito ao volume de recursos transacionados, diante dos trilhões de dólares movimentados pelos Estados Unidos, mas muito importante do ponto de vista simbólico, porque poderia apontar para movimentos semelhantes por parte de outros países, sobretudo os demais membros da OPEP. Uma adoção generalizada do euro seria um fator cruel de corrosão para a economia americana. Ainda mais importante foi que esse movimento, que muitos diriam ser apenas simbólico, mas que traria prejuízos para o Iraque, transformou-se em ganho real para a economia iraquiana, pois, a partir dos finais de 2001 começou a queda do dólar frente às principais moedas do mundo, já

reflexo de uma desconfiança internacional na moeda hegemônica e da situação dos já referidos déficits americanos. Lembremos que desde 2001 o dólar já se desvalorizou cerca de 40% em relação ao euro e, pelo visto, apesar de algumas oscilações para cima neste ano de 2005, o fundo do poço ainda não chegou. 36

Uma possível adoção do euro por parte de toda a OPEP certamente obrigaria os países consumidores de petróleo a trocar dólares de suas reservas e substituí-los pelo euro, o que acentuaria a queda da moeda americana e pressionaria ainda mais a inflação daquele país, aumentando, como consequência, os seus juros bancários e tornando sua dívida imobiliária impagável. O déficit da balança de pagamentos ficaria inadministrável e à beira da ruptura 37. Seria o colapso, à moda do Terceiro Mundo, da moeda mais forte e importante desde o final da Segunda Guerra. A troca de papéis entre o dólar e o euro seria desastrosa para a economia dos Estados

Unidos. Não por outra razão, muito menos por motivos humanitários ou por querer difundir a democracia, os americanos partiram para conquistar o Iraque. Um fator importante em jogo foi que a guerra ao Iraque funcionou como um aviso de morte aos demais países da OPEP, principalmente ao Irã, do que poderá acontecer com quem ousasse seguir pelo mesmo caminho de Saddam. Mais do que as importantíssimas reservas petrolíferas, fica a lição de que é à base da força bruta que os Estados Unidos dão continuidade à sua hegemonia em pleno século XXI.

O que se vê nos atuais conflitos com o Iraque, e nas guerras que estão por vir, é a utilização do poderio militar americano a fim de retardar a sua decadência econômica, a fim de blindar o dólar contra a ameaça estratégica que vem da Zona Euro, zona européia comandada principalmente pela Alemanha e França e que adotou o euro como moeda corrente. 38 O dólar é hoje o calcanhar de Aquiles da economia americana e o poderio bélico tem o papel de substituir o que os Estados Unidos já não conseguem por meios eminentemente econômicos. 39 A um só tempo, fazem guerra com o comércio e buscam lucros no processo fazendo comércio com a guerra. 40

A ação bélica americana, porém, não se dá sem contradições. Essas podem complicar a situação futura da economia mundial, extremamente internacionalizada, e contribuir para uma depressão sem precedentes. Um dos exemplos dessas contradições é a grande subida de preços do petróleo que se verificou desde o início da guerra com o Iraque. Tal fator tem criado problemas para as economias de todos os países importadores, mas os problemas são ainda mais terríveis para a economia japonesa, dependente do petróleo em quase 100%. Esse país é o maior detentor de reservas em dólar americano, o maior detentor de títulos da dívida

pública americana, e é também o maior comprador mundial desses títulos. Um colapso na economia japonesa, que já patina sem crescer há mais de uma década, significaria um sério fator de risco para a economia dos Estados Unidos, dado que esta já não poderia receber financiamentos para os seus colossais déficits e os dois gigantes contaminariam num piscar de olhos toda a economia global.

Outro dos fatores atuais, que já arquiteta mais uma ameaça para a economia americana é a utilização do euro pelo Irã para as transações de petróleo com a Europa. Diferentemente do Iraque de Saddam Hussein, o Irã não deixou de comerciar com o dólar, mas todo o seu comércio de petróleo com a Europa e com a Ásia, desde 2003, já é feito com a moeda forte da Europa. Da mesma maneira, também os iranianos converteram para o euro a maior parte dos fundos de reserva do seu Banco Central. Não por outro motivo o país dos aiatolás tem sido apontado, e já sofre ameaças explícitas do governo americano, como o alvo preferencial para a continuidade da guerra de rapina dos States no seu projeto de dominação mundial.

Mas o domínio do mundo, ou a hegemonia dele, por uma única superpotência exige esforço e olhos atentos para todas as direções. A atual e declarada disputa entre os governos da Venezuela e o dos Estados Unidos traz como pano de fundo, mais uma vez, sinais já enviados pela Venezuela de que poderia adotar o euro nas trocas comerciais com o petróleo. 41 Além disso, acordos bilaterais entre o governo venezuelano e diversos países da América Latina, treze ao todo, acertaram a troca de petróleo por commodities, ou seja, a troca de mercadoria por mercadoria, sem a intervenção da moeda americana. Tudo isso significa diminuição de fôlego para a economia dos Estados Unidos, pois, à medida que o dólar deixa de ser necessário, o arrefecimento da procura acentua a sua tendência à desvalorização. Essas trocas têm sido ainda mais acentuadas com o governo cubano, e são esses os principais motivos por que alguns falcões do primeiro escalão americano como Donald Rumsfeld e Condoleezza Rice, têm vociferado contra a “falta de democracia” naqueles países, buscando estimular golpes, aliás, como antes já o fizeram. Por enquanto as ameaças estão no terreno da retórica, e o jogo de pressão esconde o verdadeiro terror americano: a possibilidade do quarto mais importante produtor de petróleo do planeta vir a adotar o euro como moeda exclusiva ou mesmo preferencial para negociar com suas reservas de combustíveis fósseis.

A FORÇA E AMEAÇA DO EURO

Embora um tanto negligenciado no início, a introdução do euro no cenário mundial, desde que a economia americana começou a mostrar sinais de fragilidade e artificialidade, passou a se constituir a mais importante ameaça à hegemonia econômica dos Estados Unidos. Dados de 2004 dão conta de que a União Européia já tem um PIB de 9,6 trilhões de dólares, para uma população de 450 milhões de pessoas. Concorre agora diretamente com a economia americana, cujo PIB em dólares é de 10,5 trilhões, para uma população de 280 milhões.

Com o aparecimento do euro, no final da última década, algumas importantes personalidades européias têm-se reportado a alguns dos maiores detentores mundiais de dólares para tentar convencê-los a trocar parte de suas reservas em dólares por euro. 42 No início houve resistência, em razão da desvantagem competitiva e da maior força do dólar; aos poucos, porém, começaram a surgir rumores de que a China e a Rússia estavam começando a liquidar dólares para fazer reservas em euros. Informações recentes indicam que cerca de dois terços dos 65 bancos centrais do mundo já trocam dólares por euro. 43

Algumas condições econômicas têm impulsionado a decisão de países em adotar o euro em detrimento do dólar, como constou Javad Yariani, alto executivo da OPEP, em visita à Espanha em abril de 2002. 44 Em primeiro lugar, há uma certeza de que há um derrame de dólares no mundo muito maior do que a participação efetiva da economia americana na produção mundial. Em outras palavras, a necessidade de fazer reservas em dólares levou os EUA à cômoda posição de pintar papel, emitir moeda fartamente e espalhá-la ao redor do planeta. Em troca de mercadoria real ofereciam os americanos riqueza fictícia, moeda fiduciária necessária para a compra de petróleo e reserva das diversas economias mundiais, mas sem lastro real.

Outra das vantagens bastante visíveis da Zona Euro é que ela, no conjunto, tem uma cota maior no comércio mundial do que os Estados Unidos, além de ter uma posição muito mais equilibrada em suas contas externas. Para complicar mais para os americanos, no que diz respeito à importação de petróleo bruto, a Zona Euro já importa mais petróleo e derivados do que os Estados Unidos. Além disso, existem fortes laços comerciais entre os europeus e os países da OPEP, e um total de 45% das importações dos países da OPEP é proveniente dos países que constituem a Zona Euro.

Como complicador para as pretensões americanas de salvar o dólar está em processo de costura — embora de difícil acerto —, para um futuro próximo, a adesão do Reino Unido à moeda única européia e também a adesão da Noruega à Comunidade Européia. A importância disso é que esses países do Mar do Norte são os maiores produtores regionais de petróleo, e igualmente pelo fato do Brent, norueguês, ser um dos parâmetros internacionais para a comercialização do petróleo bruto, além de ter a Inglaterra uma das duas bolsas mundiais que negociam com o petróleo. 45 Em outras palavras, a adoção do euro como moeda nesses países estratégicos, levaria naturalmente, ou melhor, forçaria a adoção do euro como moeda de referência para as transações com o petróleo.

A configuração desse cenário bastante possível e, diríamos até, inevitável, dados os fatores econômicos em jogo, seria catastrófica para os Estados Unidos e sua pretensão de continuar a

dar as cartas em todo o século XXI. Todas as atuais jogadas do governo e da direita americana têm levado em consideração essa gama de complexidades e, diante da decadência econômica iminente, sua carta na manga, repetimos, tem sido o vômito de sua arrogância amparado na força de seu poderio militar. Como tem sido vaticinado, o fim da supremacia do dólar marcaria o fim do estatuto de superpotência econômica dos Estados Unidos da América.

IRAQUE: VITÓRIA OU FIASCO?

Além da já aludida disputa surda entre dólar e euro, quando se lançaram contra o Iraque os EUA queriam, dentre outros fatores, golpear a OPEP e o seu poder de ditar os preços do petróleo no mercado internacional. Se os Estados Unidos conseguiram uma incontestada vitória, a partir do momento que o Iraque voltou a transacionar com o petróleo tendo o dólar como moeda de intermediação, desde junho de 2003, por outro lado, o plano americano de dar um golpe na OPEP revelou-se um verdadeiro tiro no pé. Os EUA queriam, de fato, dominar o Iraque e iniciar uma produção maciça de petróleo, muito superior às metas estipuladas pela OPEP. Se tivessem conseguido seu intento, os americanos teriam forçado os demais países da OPEP a produzir também em maior quantidade, para não ficarem para trás em termos competitivos. Isso significaria, na prática, o colapso da OPEP, pois desmantelaria sua tática de minimizar a produção para maximizar os preços. De quebra, à medida que conseguisse dissolver o processo decisório da OPEP, os EUA evitariam também a possibilidade de transição do dólar para o euro, uma vez que esses países perderiam força econômica.

Em números reais, o Iraque produzia, antes da guerra, dois milhões de barris de petróleo por dia. O plano americano era de fazer essa produção chegar a sete milhões diários de barris produzidos e, com isso, fazer o preço do petróleo chegar a cerca de U\$ 10 dólares o barril. Como o mundo capitalista consome cerca de 25 bilhões de barris de petróleo por ano, uma descida de preço, como planejavam os neoconservadores americanos, de cerca de U\$ 15 dólares, considerando que o preço era de U\$ 25 e cairia para U\$ 10 dólares o barril, pouparia 375 bilhões de dólares à economia mundial, que poderia aplicá-los em outros setores.

Como a realidade nem sempre se desenha como planejam os que lhe tentam impor os contornos, mesmo que poderosos, os atuais preços do petróleo giram em torno de U\$ 65 dólares o barril, o que significa, ao invés da economia planejada, um acréscimo de 1 trilhão de dólares do mundo capitalista apenas para continuar a consumir os mesmos 25 bilhões de barris por ano. Ou seja, é um fator complicador não só para a crise americana, para a japonesa em particular, mas para a crise de toda a economia capitalista. Dito de outra maneira, a

invasão do Iraque, do ponto de vista do desmantelamento da OPEP, foi um verdadeiro fiasco, pois fortaleceu ainda mais aqueles países que têm o petróleo como o mais importante dos produtos a oferecer a quem quer comprar. E todos o querem, ou melhor, todos precisam. Se pensarmos ainda na própria crise capitalista, a invasão do Iraque, se vicejou uma fração do capital ligado à indústria da destruição, jogou ainda mais contradições e problemas a resolver no que tange aos déficits incontroláveis, e também problema para todas as economias do mundo que são importadoras de petróleo.

Se os Estados Unidos se arvoram a alardear o “bem” que fez ao mundo, restabelecendo a democracia no Iraque, o que já é uma grande mentira, esforçam-se ainda mais por esconder a sua flagrante derrota e o beco sem saída em que se meteram. Ao invés de aumentar a produção, houve um decréscimo de quase um milhão de barris de petróleo produzidos diariamente no Iraque. Os meios de comunicação americanos e mundiais escondem esses dados, assim como escondem o fato da resistência iraquiana (sempre chamada de “rebeldes” ou “terroristas”), em sua vitoriosa estratégia de desgaste, estar conseguindo destruir boa parte dos oleodutos por onde deveria escoar a produção iraquiana. 46 O desastre econômico é maior ainda quando se imagina que, no plano da direita americana, o Iraque já deveria estar “se pagando”. Ao contrário, continua o Iraque a representar uma sangria de recursos para quem já não anda bem das contas e não há uma estratégia de saída possível que não represente uma derrota política de inimagináveis proporções, além do já configurado desastre econômico.

A NOVA ESTRATÉGIA: CONTROLAR OS GARGALOS

Em razão da sinuca em que se meteu, não resta ao governo norte-americano senão elaborar estratégias de saída do seu aventureirismo militar. Algumas das mais novas implicam em aprofundar ainda mais o terror bélico, e inclui as chamadas “guerras às tiranias”, um discurso recentemente elaborado, cujo intento é renovar o já desgastado discurso de “guerra ao terror”. Foi assim que algumas das célebres estrelas do conservadorismo americano no poder, como

Condoleezza Rice, Vince Cannistraro e o General Richard Myers, deixaram escapar de seus discursos que os Estados Unidos estão preocupados com a democracia no mundo e que planejam começar uma verdadeira “guerra às tiranias”, para apeiar do poder ditadores que perturbam a democracia mundial. 47 A mentira, hipocrisia e a tentativa de ludibriar, como

sempre, estão atrás de cada palavra e mal escondem o desespero implícito no discurso americano.

Os americanos vão atacar as tiranias, mas somente aquelas que estão localizadas em países estratégicos para as pretensões de Washington no cenário mundial. No seu falso moralismo, esquecem de informar que apóiam tiranias como as do Paquistão, Azerbaijão, Kuwait, Marrocos, Colômbia, Uzbequistão, etc., isso sem falar nos inúmeros tiranos que já apoiaram no passado, nas milhares de vítimas civis que já causaram e continuam a causar ao estimular, dar logística, promover golpes diretos, invasões, massacres e apoiar ditaduras pelo mundo afora. Abstraindo-se da hipocrisia do discurso, peça baixa da rasteira ideologia americana, vamos perceber quais as reais intenções que impulsionam os novos contornos da exaltação imperial americana. Na verdade, mais que uma mera exaltação, um novo programa de sobrevivência ante a realidade sombria que se aproxima daquele país.

Uma notícia do Jornal New Yorker, dia 24 de janeiro último, dá conta de que Washington já aprovou um plano de guerra para os próximos quatro anos de mandato de George Bush. 48 Esse plano visa estender a guerra atual para mais dez países, as ditas tiranias, e as falas das personalidades anteriormente citadas dão pistas para algumas dessas nações em mira. Para além da obviedade que é uma guerra contra o Irã, que trataremos em capítulo a parte, alguns inimigos prováveis têm sido ventilados pela fala oficial americana. Depois de centrifugarmos os diversos discursos, obtemos a seguinte relação: a Síria, o Sudão, a Argélia, o Iêmen, a Malásia, a Somália, a Indonésia, as Filipinas, a Geórgia, a Bielorrússia e Myanmar (Antiga Birmânia). A esses podemos juntar tranquilamente Cuba, a Coreia do Norte e a tão citada e hostilizada Venezuela. 49

Se nos dermos ao trabalho de consultar um mapa do planeta, observar e arrumar a lista dos países a que nos referimos, começaremos a perceber que os alvos preferenciais americanos combinam perfeitamente com os seus objetivos estratégicos no que respeita ao controle global da energia, de suas fontes e de seu trânsito no planeta. Eleger como alvo e querer derrubar as tiranias existentes na Indonésia, na Malásia, Filipinas e Myanmar (antiga Birmânia) é demonstrar as intenções de controle sobre o Estreito de Málaca. Alia-se aqui o controle dos recursos de gás natural existente na Indonésia e a ocupação de importante posição estratégica, no caso de Myanmar, como vizinho e aliado da China, a quem se começaria a estabelecer um cerco útil para o futuro. Porém mais importante ainda seria o domínio de Málaca, estreito por onde passam os petroleiros do Golfo Pérsico para a China e o Japão. É considerado como um dos mais estratégicos “pontos de estrangulamento do tráfego mundial de petróleo” 50. Cerca de 80% do petróleo japonês passa por esse gargalo. Seria um golpe nos esforços dos chineses, que buscam a independência energética, e um ás na manga para sufocar qualquer possível rebeldia japonesa e ter um controle mais decisivo daquela economia.

Por outro lado, tomar a Argélia e o Sudão, estabelecer governos títeres e controlar seus recursos de energia seria, a um só tempo, sufocar a Europa e a própria China. A Argélia é um dos mais importantes fornecedores de gás natural para a Europa continental e tem grandes reservas de petróleo bruto. Cerca de 90% desse petróleo vai para a Europa. Por sua vez, o Sudão é hoje um dos maiores fornecedores de petróleo para a China. Não é à toa que os EUA discutem uma ajuda humanitária para a crise em Darfur. Por trás do propalado e cínico humanitarismo está o interesse dos EUA em invadir e controlar as reservas de petróleo do Sudão.

Mas ainda é pouco para as pretensões do Grande Irmão americano que demonstra, a cada lance no tabuleiro, um elevado maquiavelismo geográfico. Acusar as tiranias existentes na Somália e no Iêmen é o mesmo que eleger esses países como alvos dos interesses “democráticos” americanos. Isso esconde, ou melhor, clareia sobre as reais intenções do imperialismo americano de controlar mais um gargalo do tráfego de petróleo mundial. Emparelhados geograficamente, a Somália e o Iêmen formam o ponto de estrangulamento conhecido como Estreito de Bab el-Mandeb, o estreito que controla o escoamento de petróleo do Mar Vermelho para o Oceano Índico. Além do fato do Iêmen ser um dos países promissores em novas descobertas de petróleo, o estreito referido é responsável por parte do escoamento da produção petrolífera da Arábia Saudita e do Sudão. A Somália, por sua vez, país que já foi alvo de uma interesseira campanha humanitária capitaneada pelos Estados Unidos, não por acaso é também rica em petróleo, onde empresas amigas dos falcões de Bush, como a Alamo (hoje BP), a Chevron de Condoleezza Rice, e a Phillips possuíam concessões de exploração do mineral. 51

O interesse americano em controlar a Bielorrússia, embora possa parecer estranho a alguns, faz parte da estratégia daquele país de completar o cerco à Rússia. Com isso os Estados Unidos estabeleceriam a impossibilidade de uma ligação física entre Rússia, França e Alemanha, mais uma costura de difícil arremate que é discutida pela União Europeia e Rússia para estabelecer uma contrapartida à hegemonia americana. Além disso, cerca de 80% das exportações de petróleo da Rússia vão para a Europa ocidental. 52 Ou seja, mais uma casa importante a ser ocupada por um cavalo americano no tabuleiro de xadrez imperial. A Síria (petróleo), a Coreia do Norte (cerco a China), a Venezuela, etc., fariam parte de outros movimentos importantes, embora não prioritários para o momento.

Aqui há que ser ressaltada a distância entre os planos americanos para ampliar a sua hegemonia militar global — e com isso garantir a sua hegemonia econômica — e a realidade, que não se mostra tão amigável ao colosso imperial para que consiga atuar em tantos flancos assim. Embora os planos sejam para os próximos quatro anos ou mais, os Estados Unidos já estão quase no limite de suas possibilidades com gastos — lembremos dos gigantescos déficits

—, além de estar hoje com dificuldades de novos recrutamentos para suas Forças Armadas. Há um alto contingente de soldados americanos espalhados pelo mundo, alguns em lodaçais sangrentos como o Iraque e o Afeganistão, onde a morte de cada americano é aplaudida e festejada. E muitos festejos têm sido verificados mundo afora.

Mas o lodaçal iraquiano não é nada se pensarmos nas reais possibilidades dos Estados Unidos se enterrarem num verdadeiro atoleiro, de proporções ainda mais profundas, que seria uma guerra ao Irã. Para além do planejamento global dos Estados Unidos até aqui traçado, e que trata de possibilidades de ocupar pontos estratégicos no mundo, a ameaça de guerra com o Irã é o que há de real para um futuro próximo. Tomar o Irã significaria o controle do Estreito de Ormuz, mais um gargalo existente entre o Golfo Pérsico e o Mar Árábico. 53 Esse estreito é considerado o mais importante canal marítimo petrolífero do mundo e o seu controle seria de suma importância para as pretensões imperiais de qualquer país.

Com os preços do petróleo a dar saltos, com os desequilíbrios nas contas públicas americanas, com o dólar despencando aqui e acolá, com uma crise estrutural do capitalismo a acossar e dificultar ainda mais a possibilidade de manipulação dos elementos monetários, controlar o fluxo do petróleo no mundo é o que restou aos Estados Unidos para continuar no leme do capitalismo global. É nisso que eles apostam e por isso o plano um tanto desesperado de invadir, dominar e pôr sob controle tantos países. Mesmo que não tenham condições físicas e econômicas para tanto, blefar também faz parte do jogo diplomático dos Estados Unidos, que assim ameaçam e mandam recados a adversários potenciais. Não por acaso as tais notícias extremamente "confidenciais" vazam e caem em canais estratégicos da imprensa mundial.

A BOLSA E A VIDA: O IRÃ COMO ALVO PRIORITÁRIO

Todo o esforço militar e diplomático americano visa impedir a adoção pela OPEP de um possível "petroeuro", em substituição ao "petrodólar". Já nos referimos a um obstáculo técnico importante, que é a ausência de um "oil maker", ou seja, um padrão de preços de petróleo denominado em euros. Todos os padrões existentes são denominados em dólar, como o WTI (West Texas Intermediate crude), o Norway Brent crude e o UEA Dubai crude. Se o Iraque foi invadido, dentre outros fatores, como consequência de sua atitude de não mais negociar com o dólar, e o Irã, desde 2003, exige pagamentos em euro para seu comércio de óleo com a Europa e a Ásia, uma atitude muito mais ameaçadora aos Estados Unidos está sendo orquestrada pelo mesmo Irã. Desde junho de 2004 esse país anunciou a intenção de criar uma Bolsa Iraniana de Petróleo. São duas as bolsas de petróleo existentes no mundo

atualmente, ambas controladas por corporações americanas: a IPE (International Petroleum Exchange), de Londres, e a NYMEX (New Yorque Mercantile Exchange). 54

A emergência de uma bolsa iraniana, ao tempo em que concorreria diretamente com as bolsas existentes, traria como consequência a adoção de mais um padrão de referência para o petróleo bruto, agora denominado em euro, já que esta é a moeda em que o Irã tem feito a maior parte de seus negócios com o petróleo, e até para responder à política americana que o classificou como um dos países do "Eixo do Mal". Um vasto sistema do comércio internacional com o petróleo poderia advir do desenvolvimento desse processo, uma vez que o obstáculo técnico mais importante para a não adoção do modelo "petroeuro" estaria definitivamente removido. Seria o mais significativo ponto de apoio conquistado pelo euro para o comércio internacional. A bolsa iraniana, agora anunciada para funcionar a partir do início de 2006, poderia provocar uma séria mudança no fluxo do comércio de petróleo, desafiando a hegemonia das bolsas existentes. 55

Como alguns países — a própria Arábia Saudita à testa — já anunciaram a intenção de trabalhar com a bolsa iraniana, fica mais fácil perceber o porquê de toda a truculência americana com o Irã nos últimos tempos. Mais uma vez não se trata dos alegados motivos, como o fato do Irã ter planos para desenvolvimento de armas nucleares, ou pelo Irã ser uma das "tiraniás" que infestam o mundo. Não, esses são motivos alegados para consumo externo! Trata-se de evitar que novas dinâmicas no mercado mundial de petróleo sejam iniciadas e desenvolvidas por fora dos cartéis de companhias americanas e tomando outra divisa de referência que não o dólar.

Se uma guerra ao Irã é o que há de mais factível no cenário internacional para os próximos meses ou anos, pode ser também o que há de mais assombroso para a potência hegemônica em decadência. De imediato, podemos imaginar um significativo aumento de ações antiamericanas em todo o mundo, com homens-bombas explodindo amiúde e inflando as estatísticas do chamado terrorismo internacional. Mas os problemas de um ataque ao Irã poderiam ser muito mais graves. De início, a capacidade militar do Irã é significativamente maior que a do Iraque, além de ter o Irã o controle do Estreito de Ormuz. Na ilha de Abu Musa, o Irã tem instalado centenas de mísseis antinavios, modernas armas que podem simplesmente pôr em colapso o tráfego de petróleo por onde passam obrigatoriamente todos os petroleiros do Golfo Pérsico. Uma interrupção nesse que é, como já referido anteriormente, o mais importante canal de tráfego de petróleo internacional, poderia facilmente elevar a cotação do óleo para mais de U\$100 o barril, o que seria desastroso para a economia mundial, com uma depressão a bater-lhe às portas.

Além do mais, dado o poder bélico iraniano, não estaria descartada uma retaliação a Israel, o grande calo dos países árabes da região, e também o ataque a várias das bases americanas na região do Golfo. Se 150 mil soldados americanos não têm dado cabo de controlar o Iraque, e a resistência iraquiana tem infligido pesadas derrotas ao exército mais bem equipado do mundo, o que não poderia acontecer com o Irã, um país de área quase quatro vezes maior que o Iraque, com uma sociedade e economias bastante mais complexas, e com um poder militar bem mais robusto? Além do quê, o Irã não apresenta como o Iraque, uma sociedade multifacetada com várias etnias em disputa, muitas inimigas entre si, ou seja, o poder de união numa atitude antiimperialista por parte do Irã é potencialmente muito maior do que aquele apresentado pelos terríveis adversários que têm sido os iraquianos.

Outra das questões que podem ajudar a entornar a política externa americana é que o Irã tem, ou pode ter, se se mobilizar para isso, uma forte capacidade de influenciar em prol de uma desestabilização ainda maior do Iraque, devido à maioria xiita que há naquele país. Pode também influenciar na desestabilização de outro aliado americano, como a Arábia Saudita, onde o governo já há muito não goza de nenhuma popularidade — trata-se aqui de uma tirania amiga dos States — e onde significativa parcela de população xiita poderia causar tumultos políticos desestruturadores. Como vimos, um ataque ao Irã, mesmo sob o pretexto de impedir-lhes o desenvolvimento de armas nucleares, pode surtir efeitos contrários aos desejados pelos Estados Unidos e poderia apressar ainda mais a adoção do euro, até como uma resposta iraniana a uma agressão. Realmente, sob todos os aspectos em que é possível fazer abordagem analítica da realidade atual, a situação econômica e política americana mostra que as políticas imperiais têm acarretado resultados catastróficos.

Os Estados Unidos, percebendo-se incapaz de levar a cabo essa política de maneira unilateral, começaram recentemente a mudar o seu discurso, visando uma modificação da imagem de arrogantes e truculentos, um dos motivos por que são extremamente odiados em todo o planeta. Nada de essencial se modifica na política externa americana, mesmo agora quando busca se vender com um discurso multilateralista, procurando uma reaproximação com líderes europeus. O falso e mal dissimulado discurso democrata procura estimular a Europa a agir como mediadora para que o Irã renuncie ao seu programa nuclear. Caso aquele país não aceite a pressão, como certamente ocorrerá, ficaria caracterizado o fracasso da mediação europeia e os Estados Unidos poderiam partir para a agressão ao Irã com o respaldo da ONU e com a logística dos aliados europeus. 56 A astúcia da raposa americana não consegue esconder as garras do leão por trás de cada ato de sua “diplomacia”.

Começamos este artigo pela caracterização de um novo momento na história do capitalismo, um momento em que as finanças adquiriram a supremacia frente a outras esferas do capital e impuseram-lhe uma dinâmica nova, no decorrer de toda esta conjuntura de crise. O problema, no entanto, é exatamente este. Em todos esses últimos 35 anos, ao contrário de momentos outros de crise, não conseguiu o sistema capitalista alavancar um outro ciclo de crescimento e a economia passou, aqui e acolá, a receber injeções de estímulos para se manter de pé.

A crise econômica de superprodução, da qual qualquer análise mais séria e profunda da economia capitalista não pode abrir mão, é o motor principal, o fator detonador da crise mais ampla da economia, que se viu coagida a lançar mão de mecanismos monetários para fazer girar a roda do sistema, emperrada ou em sério desgaste desde a junção desses elementos que chamamos de estruturais. A utilização dos artifícios possibilitados pelo mundo das finanças, além de não resolver a questão da crise, coloca para adiante uma série de problemas que alimentam ainda mais as contradições, a essa altura insolúveis, de um sistema que funciona na base do vício, como um decadente atleta antes robusto por si, mas que já não consegue manter-se de pé senão sob os efeitos de potentes anabolizantes.

Falamos aqui das bolhas que são criadas e que alimentam artificialmente economias antes fortes pela força de suas indústrias e de sua capacidade de produzir. Bolhas como a das bolsas americanas, que foi parcialmente pelos ares no início deste milênio e destruiu de uma só cartada bilhões de dólares em riqueza artificial. Bolhas, também, como a recentemente criada pelos Estados Unidos no setor imobiliário, quando ofereceu fartamente empréstimo a juros muito baixos e criou uma ilusão de crescimento, calcado num endividamento maciço da população americana. A panela de pressão dos juros está em fervura e mais este mecanismo está na iminência de explodir e exterminar não bilhões, mas trilhões de dólares que foram jogados artificialmente numa economia viciada na perigosa jogatina do capital monetário.

Essa crise que persiste e os elementos de que lançam mão os capitalistas para debelá-la são como a imagem de um carro que insiste em andar com um pneu furado. A economia que tende para a estagnação está sempre em processo de esvaziamento; portanto, é preciso compressores em constante atuação para voltar a inflá-la. Sem conserto, o furo tende a se expandir, e o compressor tem que ser cada vez mais potente e ativo para continuar sua tarefa de manter a máquina em curso.⁵⁷ Foi esse o momento que caracterizamos ao enfocar não apenas a crise americana, mas quando mostramos como todo o capitalismo mundial está estreitamente vinculado à esse tipo de dinâmica, dadas as ligações entre as economias e à importância que tem a economia americana como consumidora e cliente de boa parte do que é produzido mundialmente.

Uma outra forma de aumentar a força do compressor para gerar estímulos à economia em crise é o que temos acompanhado com a geração de déficits gigantes, principalmente na

economia americana. É uma outra vertente desta análise, ou melhor, parte da mesma lógica que tem alimentado as aventuras militaristas do imperialismo americano e que oxigena uma indústria bélica cada vez mais voltada para a destruição. Se os déficits são um problema, por outro lado, transformam-nos, os homens do capital, numa “solução”, na medida em que são eles os fatores propulsores usados para promover os giros tresloucados de capitais e papéis em todo o planeta. O capitalismo cassino (Kurz) de nosso tempo já não suporta os déficits, mas não pode viver sem eles.

A luta do capital por sua sobrevivência, no entanto, não pode prescindir de um novo e planejado ataque aos trabalhadores. É assim que vários dos déficits existentes nas diversas economias capitalistas têm sido aproveitados pelos donos do capital para um ataque orquestrado mundialmente às diversas conquistas dos trabalhadores ao longo dos dois últimos séculos. Na situação de emergência em que se encontra, o capital responde com um incremento da luta de classes, até para aumentar a sua capacidade de administração da crise. As diversas “reformas” existentes em praticamente todos os países de economia capitalista têm objetivado flexibilizar direitos dos trabalhadores e promover uma ofensiva do capital, reduzindo ou acabando com programas sociais antes propagandeados como benefícios do sistema.

É assim que os déficits orçamentais norte-americanos têm sido utilizados como justificativa para redução de programas sociais como o Medicare, Medicaid, e a Segurança Social, bem como assistências à habitação, nutrição, etc. 58 É o capitalismo americano em crise livrando-se do entulho criado pelo New Deal, que propalava o bem-estar da classe trabalhadora. Essa nova faceta da luta de classes, ao tempo em que lança para a miséria absoluta milhões de trabalhadores de todo o planeta, eliminando programas sociais ou reduzindo-os drasticamente, visa justamente à redução dos custos para que o capitalismo possa continuar, a pretexto de levar ainda mais estímulo às suas necessitadas economias, por exemplo, a cortar impostos dos “ricos”, ou seja, dos próprios donos do capital, como tem acontecido nos Estados Unidos desde o início do governo Bush II. 59

CRISE E SINAIS DE FALÊNCIA

Ao contrário do que havia acontecido nas crises capitalistas, ao longo dos dois últimos séculos, a persistência dos elementos atuais dessa crise coloca a possibilidade do capitalismo ter entrado num beco sem saída, onde estruturas, conjunturas e novos movimentos históricos se combinam produzindo uma crise crônica, estrutural, e de difícil resolução. Os dados dessa crise

estrutural ultrapassam o fato dela ser uma crise eminentemente econômica, dado o seu caráter sistêmico; portanto, o seu caráter de se apresentar como uma totalidade. Economia, Estado, cultura, sociedade, enfim toda a realidade social tem sido atingida pelos efeitos da crise, que produz e reproduz deformidades inclusive nos países principais do sistema, onde o abismo social cresce sem cessar e a corrupção se propaga em metástase. 60

Alia-se à crise de superprodução o problema da escassez de uma matéria prima essencial para o capitalismo, o petróleo, o que pode caracterizar também uma crise de subprodução, dado que essa matéria-prima, que é a principal fonte de energia do Modo de Produção Capitalista, está com os seus dias contados. 61 Estamos atingindo nesta década o que os geólogos chamam de “pico da produção de petróleo no mundo”, o que significa dizer que até o ano de 2010 — algumas previsões são para 2007 — o mundo começará a ter uma oferta declinante de petróleo, ao passo que a procura aumenta a cada ano.

Os países mais desenvolvidos já vivem há muito a realidade de uma produção em declínio. Não é por acaso que os Estados Unidos se lançam numa aventura perigosa para ter o controle geoestratégico das principais reservas do mundo. No início dos anos 70, os EUA chegaram ao ápice de sua produção petrolífera e desde então só houve queda, como no espaço entre 1986 e 2004, onde a extração sofreu um declínio de 40%. A União Européia importa, atualmente, 80% do petróleo que consome e o Japão compra quase 100% do que gasta. Essas três potências, juntas, perfazem apenas 12% da produção mundial de petróleo, mas consomem 50% de tudo que é produzido, e somam 62% das importações. Sozinhos, os Estados Unidos são responsáveis pela extração de 9% do petróleo mundial, mas consomem um em cada quatro barris vendidos no mercado internacional, ou seja, 25% de toda a produção do planeta. 62 O crescimento da China e da Índia tem colocado ainda mais pressão com uma procura adicional frente a um mercado que tende a restringir a oferta.

Outro elemento que evidencia a tendência da estagnação da economia capitalista são as taxas mundiais de crescimento ao longo destas últimas três décadas. Um estudo rigoroso do argentino Jorge Beinstein indicou a tendência decrescente das taxas de crescimento da economia capitalista em todo o mundo, desde a década de 1970. 63 O Japão, que prometia ser a realidade do capitalismo forte no final dos anos 80, patina em estagnação desde a década seguinte. Os países da Ásia, como Coreia do Sul, Cingapura, etc., os “Tigres Asiáticos”, também tiveram seu ciclo abreviado pela realidade da crise. Outra estagnação real foi a da Alemanha, situação minorada pelos benefícios da anexação da Alemanha do Leste, mas que jamais configurou uma nova força emergente que pudesse levantar o capital para trilhar novos caminhos de crescimento.

Mesmo a China, tida como a mais recente esperança de desenvolvimento do sistema, está atrelada ao máximo à lógica do capital internacional e à capacidade de comprar, sobretudo dos Estados Unidos, e não tem conseguido dar ao capitalismo o fôlego de que necessita. As borbulhas financeiras e imobiliárias dos americanos do norte não criam mais do que “ilusão de crescimento!”, de modo que o sistema tem lançado sinais inequívocos de decadência. Trilhemos, com Beinstein e Meszáros, alguns desses sinais de “senilidade” que têm sido apresentados pelo sistema capitalista, como a já referida desaceleração do crescimento econômico global, ou a incapacidade de promover uma nova expansão durável, sendo esta uma das maiores evidências de exaustão sistêmica.

É preciso entender que, para além de todas as comemorações do sistema capitalista e de seus intelectuais e ideólogos, após mais de três séculos de existência e de expansão de seu Modo de Produção, quase metade da população mundial não consegue reproduzir suas condições de existência segundo as regras de extração da mais-valia, o que significa que sobrevivem à margem do sistema. Dito de outra maneira, três bilhões de pessoas no mundo não conseguem ser explorados pelo capital, o que pode ser interpretado como um fracasso histórico. 64 Por mais correta que tenha sido a “vitória civilizadora do capital”, leitura do jovem Marx no Manifesto Comunista de 1848, atualmente esse sistema perpetua a cultura da destruição e do desperdício, suas indústrias e comércio mais poderosos são as da guerra e a do tráfico de entorpecentes, ao tempo em que produz uma “população supérflua” e lança mão de artifícios para sua dizimação.

Mais um fator de ênfase da “senilidade” do capitalismo é a hipertrofia do seu setor financeiro, característica marcante dessa conjuntura de desaceleração do crescimento global, que vem acompanhado de perda de dinamismo e um parasitismo sem precedentes. As “revoluções tecnológicas” das últimas décadas, além de não terem sido suficientes para alavancar um novo ciclo ascendente, têm destruído maciçamente forças produtivas na chamada “periferia” ou mesmo no “centro” do sistema. 65 Se o capitalismo precisa explorar capital variável (força de trabalho) para seguir sua seqüência de expansão, já que a força de trabalho é imprescindível para a exploração da mais-valia, o fato do sistema estar destruindo maciçamente os empregos é mais um indício das contradições inelutáveis em que está metido. Se a exploração do trabalho é pressuposto para o bom desenvolvimento do capital, à medida que este dizima os empregos com novas tecnologias, aumento da intensidade do trabalho e da própria jornada, “queima” os pressupostos de seu próprio desenvolvimento, ao tempo em que reduz o mercado de consumo apto a absorver as mercadorias produzidas em excesso.

A marginalização ascendente de grandes massas humanas, a desintegração das sociedades, o afastamento do Estado de muitas das funções públicas, e o aumento brutal do abismo social, traduzido numa grande concentração de riqueza nas mãos de uma parcela ínfima da população mundial, são outros traços marcantes dessa conjuntura de crise. 66 Vivemos uma época de decadência do mundo burguês, refletido, inclusive, na decadência econômica,

social e moral dos Estados Unidos, aquele Estado que busca encarnar as virtudes últimas e mais edificantes de uma economia de mercado, de um “modus vivendi” que propagandeia democracia ao mundo, mas que não tem conseguido esconder as mazelas sociais produzidas — a globalização do genocídio, da tirania e arrogância imperiais. Tudo isso os deslegitima perante o planeta, onde cresce um antiamericanismo como nunca visto. O ultra-imperialismo é também um sinal de decaimento do mundo burguês. Não podemos vê-lo apenas como uma demonstração de força do capital, mas também como uma tentativa desesperada de salvar o sistema das contradições que se mostram cada vez mais irresolúveis, uma tentativa de impor ao planeta sua economia, cultura e civilização, utilizando para isso toda a sua máquina ideológica, mas também a sua máquina de guerra.

Não há nenhuma solução pronta para os problemas por que passa o capitalismo no plano mundial. O que é certo é que o sistema tende a se tornar mais concentrador, promover mais exclusão e persistir na lógica imanente do capital, de procurar o lucro a qualquer preço e tentar jogar para adiante os efeitos mais arrasadores da crise. Não podemos esperar por parte do capital senão maiores cortes em gastos sociais, mais privatizações e sacrifícios humanos, a continuidade da política não assumida de dizimar populações excedentes e promover a barbárie em escala globalizada. A intervenção militar americana tenta em vão solucionar as contradições e resolver sua crise estrutural. Todo esse processo se dá de forma a promover favorecimentos aos mais poderosos e agravar as desigualdades existentes, dado que a nova ordem das invasões e das guerras está a serviço dos negócios.

É difícil imaginar remendos de cunho keynesiano à realidade capitalista, como alguns ainda teimam em anunciar. A resposta para essa crise que obstaculiza, acima de tudo, o próprio desenvolvimento humano, não é a constituição de governos de “esquerda”, cuja lógica anda de mãos dadas com a política da valorização do valor, que são essencialmente governos do capital. Tais ilusões devem e têm sido cada vez mais dirimidas. É preciso voltar a falar em socialismo, é preciso discuti-lo como uma necessidade eminentemente humana, é preciso apontar uma alternativa socialista que também seja globalizada, uma solução que revolucione radicalmente a lógica da acumulação do valor e que rompa com as relações sociais fetichizadas.

Superar o mundo do capital não pode ser algo encarado como uma mera disputa política, mas como uma necessidade primordial do gênero humano. Se a crise, que logo mais completará quatro décadas, mostra-se como estrutural e coloca em xeque o conjunto da sociedade capitalista, coloca também a possibilidade de sua superação e substituição desse sistema por um outro conjunto que lhe seja alternativo. 67 As tendências destrutivas do capital não terão fim sem uma intervenção organizada, planejada e levada a cabo pela classe trabalhadora internacional, a única que pode se opor essencialmente à lógica do capital e edificar uma sociedade calcada na produção de valores-de-uso e não de troca, onde o princípio marxista

“de todos segundo suas possibilidades, para todos segundo suas necessidades” seja um dos valores máximos e norteadores de uma nova fase do desenvolvimento humano.

NOTAS

1 George Orwell, 1984, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1991.

2 General prussiano que escreveu em 1832 um famoso tratado intitulado “Da Guerra”. É lembrado freqüentemente por sua afirmação de que “a guerra é uma continuação da política por diferentes meios”.

3 István Mészáros, “O Militarismo e as Guerras Vindouras” (7 de julho de 2003) <http://resistir.info/crise/militarismo.html>

4 Escritor e teórico húngaro que lançou recentemente no Brasil algumas de suas publicações importantes, como “Para Além do Capital” e “O Século XXI – Socialismo ou Barbárie”, ambos pela Editora Boitempo.

5 François Chesnais, A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos, São Paulo, Xamã, 1999.

6 Robert Brenner, A Crise Emergente do Capitalismo Mundial: do neoliberalismo à depressão?, Revista Outubro, nº 3, São Paulo, 1999, pp. 7-18.

7 Perry Anderson, Balanço do Neoliberalismo, in Emir Sader (org.), Pós-Neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático (pp.9-23), São Paulo, Paz e Terra, 1998.

8 François Chesnais, A Mundialização do Capital, São Paulo, Xamã, 1994.

9 Giovanni Alves, Trabalho e Mundialização do Capital – A nova degradação do trabalho na era da globalização, São Paulo, Editora Práxis, 1999.

10 Charles-Albert Michalet, O Capitalismo Mundial, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

11 Chesnais, A Mundialização Financeira.

12 Alves, Trabalho e Mundialização do Capital...

13 Joel Kurtzman, A Morte do Dinheiro – como a economia eletrônica desestabilizou os mercados mundiais e criou o caos financeiro, São Paulo, Atlas, 1995. Apud Edmilson Costa, “Para Onde vai o Capitalismo? Notas sobre a globalização neoliberal e a nova fase do imperialismo”

<http://globalization.sites.uol.com.br/Paraondevai.htm>

14 Costa, “Para Onde vai o Capitalismo?...”

15 István Mészáros, “Marx, nosso contemporâneo e o seu conceito de globalização”, Comunicação apresentada no Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”, Serpa (23-25 de setembro de 2004). http://www.resistir.info/serpa/comunicacoes/m2333ros_globalizacao.html

16 Rémy Herrera, Sob o véu da Mundialização: crise, imperialismo e Guerra, Revista Outubro, nº 9, São Paulo, 2003, pp. 7-21.

17 Herrera, “Sob o véu...”

18 Ver os filmes “Tiros em Columbine” e “”, de Michael Moore, cineasta norte-americano que tem uma postura extremamente crítica em Fahrenheit 11 de setembro relação às concepções da direita do seu país e da maioria da população americana.

19 Herrera, “Sob o véu...”

20 Ernest Mandel, O Capitalismo Tardio, Editora Nova Cultura, 1985, p.12.

21 F. William Engdahl, “Será que o Colapso Econômico dos EUA acontecerá em 2005?” (26 de julho de 2004) http://www.resistir.info/eua/colapso_eua.html

22 Engdahl, “Será que o colapso...”

23 Engdahl, “Será que o colapso...”

24 Engdahl, “Será que o colapso...”

25 Alan Greenspan, presidente do FED, o Banco Central Americano, tem reiterado ao próprio Congresso dos Estados Unidos que os juros continuarão a subir, e que o país passa por uma fase de “incertezas significativas” . <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u98380.shtml>

26 Todos os dados colhidos até aqui, assim como os subseqüentes, foram tirados do texto de Engdahl, “Será que o colapso...”, autor com o qual dialogamos nesta etapa do artigo.

27 Ver também o total da dívida pública americana, dívida que cresce em US\$ 2,35 bilhões por dia, um detalhamento dessa dívida e a brutal ascensão dela desde 1940 em “U.S. National Debt Clock” (atualização diária) http://www.brillig.com/debt_clock/

28 Jorge Beinstein, “Para além de Bush e Kerry. Os Estados Unidos no centro da crise mundial” (01 de novembro de 2004) http://www.resistir.info/argentina/beinstein_28out04.html

29 O déficit em conta corrente representa todas as transações do país com o exterior. O crescimento do déficit a cada ano indica uma crescente dependência americana do investimento estrangeiro. Vide Pedro Leite Dias, “Analistas temem pressão no dólar e alta do juro” Folha de São Paulo (17/03/2005). <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1703200536.htm>

30 F. William Engdahl, “Um Novo Século Americano? O Iraque e as guerras ocultas do euro-dólar” (18 de janeiro de 2005) http://resistir.info/europa/euro_dolar_port.html

31 William Clark, “As Verdadeiras Razões da Guerra com o Iraque: análise macroeconômica e geoestratégica da verdade silenciada ” (05 de julho de 2003) http://resistir.info/eua/clark_verdade_silenciada.html

32 Engdahl, “Um Novo Século Americano...”

33 Um conjunto de medidas (não sistematizada em um documento) para a estabilização econômica e reformas a serem adotadas pelos países periféricos, tudo com a chancela dos principais organismos financeiros internacionais, como FMI, Banco Mundial e BID. Na realidade, um receituário geral para a implementação e acirramento do neoliberalismo, sobretudo a partir da década de 1990.

34 Clark, “As Verdadeiras Razões da Guerra..” 35 Clark, “As Verdadeiras Razões da Guerra..”

36 Paul Craig Roberts, “A Última Valsa? O fim anunciado da superpotência americana” (01 de março de 2005) http://resistir.info/eua/fim_anunciado.html

37 Clark, “As Verdadeiras Razões da Guerra...”

38 O viés dessa análise persiste, mesmo depois da derrota do Plebiscito por uma Constituição Européia na França e Holanda, a partir de quando se deu uma relativa recuperação do dólar frente ao euro. Os elementos que constroem o dólar ao rebaixamento, como o déficit em conta corrente nos EUA, no entanto, não deixaram de existir e, ao contrário, acentuaram-se.

39 Engdahl, “Um Novo Século Americano...”

40 Osvaldo Martinez, “EUA: comerciar com a guerra e fazer a guerra com o comércio” (18 de março de 2004)

http://resistir.info/cuba/comercio_guerra.html

41 Clark, “As Verdadeiras Razões da Guerra..”

42 Engdahl, “Um Novo Século Americano...”

43 Mike Whitney, “O Tsunami Econômico” (13 de abril de 2005) http://resistir.info/eua/economic_tsunami_port.html

44 Clark, “As Verdadeiras Razões da Guerra..”

45 Clark, “As Verdadeiras Razões da Guerra..”

46 Whitney, “O Tsunami Econômico...”

47 F. William Engdahl, “O que está por trás da guerra à tirania de Bush II. A próxima fase da agenda global de

Washington: da ‘guerra ao terrorismo’ a ‘guerra à tirania’” (17 de fevereiro de 2005)

http://resistir.info/eua/guerra_tirania.html

48 Falar em Washington hoje é falar da dominação política de um grupo de militares, grandes corporações energéticas, como a Halliburton, a McDonnell Douglas, a Bechtel, a ExxonMobil, a ChevronTexaco, etc. Enfim, mega-interesses capitalistas em jogo e um Estado para administrar a contradição entre esses conflitos. Vide Engdahl, “O que está por trás da guerra à tirania...”

49 Engdahl, “O que está por trás da guerra à tirania...” 50 Engdahl, “O que está por trás da guerra à tirania...” 51 Engdahl, “O que está por trás da guerra à tirania...” 52 Engdahl, “O que está por trás da guerra à tirania...” 53 Engdahl, “O que está por trás da guerra à tirania...”

54 William Clark, “As razões reais por que o próximo alvo poderá ser o Irã: A emergência de um preço de referência internacional do petróleo denominado em euro” (5 de novembro de 2004) http://resistir.info/energia/clark_oil_euro.html

55 Clark, “As razões reais por que o próximo alvo...”

56 Miguel Urbano Rodrigues, “A Venda de um Novo Bush – Operação de Marketing” http://resistir.info/mur/bush_marketing.html

57 Referência a Harry Magdoff e Paul Sweezy, “The End of Prosperity”, 1977, 22. In Editores da Monthly Review, “O Terrível medo da estagnação e a Guerra à Segurança Social” (5 de abril de 2005) http://resistir.info/mreview/medo_terrivel.html

58 Monthly Review, “O terrível medo da estagnação...”

59 Todos os componentes para amedrontar a população dos países são fartamente utilizados para promover essas reformas que, sem exceção, arrocham as condições de vida da classe trabalhadora quando não a lança no desemprego e desamparo total. As campanhas de mídia incitam o medo ao tempo em que criam uma imagem de um sistema de segurança em falência, previdências sociais que não se sustentariam se não se reformasse. Os governos ditos de “esquerda”, em todo o mundo, assim como o brasileiro, são também condutores desse processo.

60 Além da corrupção nos países do G8, vide o exemplo brasileiro, onde o governo de “esquerda” do PT se meteu num imbróglio de corrupção que vai desde projetos de enriquecimento pessoal a outros de perpetuação no poder, e os palavreados vazios como “ética na política” foram trocados no mercado das alianças suspeitas pela lógica mais espúria da corrupção burguesa mais reles.

61 Jorge Beinstein, “Pensar a Decadência: o conceito de crise em princípios do século XXI” (11 de abril de 2005) http://www.resistir.info/argentina/beinstein_crise_decadencia.html

62 Beinstein, “Pensar a Decadência...”

63 Jorge Beinstein, influente economista argentino e também professor titular da Universidade de Buenos Aires. Vide seu “Capitalismo Senil – a grande crise da economia global”, Rio de Janeiro, Editora Record, 2001.

64 István Mészáros, “Marx, nosso contemporâneo e o seu conceito de globalização”, Comunicação apresentada no Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”, Serpa (23-25 de setembro de 2004).
http://www.resistir.info/serpa/comunicacoes/meszaros_globalizacao.html

65 Beinstein, “Pensar a Decadência...”

66 Beinstein, “Pensar a Decadência...”

67 Mészáros, “Marx, nosso contemporâneo...”

III. CONSELHOS OPERÁRIOS, ESTADO PROLETÁRIO, DITADURA DO PROLETARIADO NA FASE SOCIALISTA DE TRANSIÇÃO PARA A SOCIEDADE SEM CLASSES

1. Introdução

As esquerdas estão atrasadas na discussão urgentíssima dos assuntos de estratégia, tática, organização e, também, das questões da transição. Dos vários temas que necessitam respostas, uma questão que ficou por demais em evidência é a importância de se travar um debate de maneira mais sistemática acerca do Estado. Nesta questão, algumas forças de esquerda possuem uma concepção diferente da nossa, no que se refere basicamente aos conselhos, estruturas genuínas da classe operária, estabelecidos enquanto órgãos de um Pré-Estado-Comuna e, por extensão, do Estado-Comuna propriamente dito. Para essas organizações, o Estado é uma coisa e o Conselho, outra, totalmente diferente. Para nós, os conselhos são as formas em que a classe operária se constitui organizadamente em Estado — desde que Estado significa o Poder instituído de uma classe sobre outra—como ditadura do proletariado.

A concepção marxista do Estado proletário contém, no curto prazo, a idéia da necessidade de um instrumento de dominação de classe, mas que, no médio prazo, acena com a idéia do fim do próprio Estado. O que se propõe é que deverá prevalecer no comunismo, a sociedade sem classes, a não necessidade de não oprimir nenhum homem ou mulher, não existindo mais nenhum segmento diferente em luta entre pólos contrários, como se estabelece hoje a partir da apropriação privada dos meios de produção e da separação entre os produtores diretos e os próprios meios—e condições—de trabalho e, portanto, de produção.

Já a sociedade, altamente evoluída, passará para um estagio de auto-governo e administração das coisas, onde não se necessitará de nenhuma organização transitória até então experimentada a partir do homo sapiens, com exceção da forma conselho, que é a forma de Estado mais evoluída (a sua simplicidade, o seu caminho para a sua deliberada e consciente auto-extinção e a sua força social não são senão manifestações de sua superioridade sobre todas as formas pretéritas de Estado) que a classe operária utilizará para a passagem da primeira fase do comunismo (o socialismo), para a fase superior da sociedade sem classes. Mas, para que se chegue a esse estagio, deverá a classe operária, muito tempo antes, construir o seu mecanismo de transição, os conselhos, numa escala planetária.

Cabe nesse momento às organizações marxistas não a fiscalização — muito menos de fora para dentro — do Estado, mas sim a luta contínua, de dentro do próprio Estado-Comuna, para

que o Estado operário atinja a sua luta mais revolucionária, construído pela classe operária e pelo conjunto do proletariado através dos conselhos. Os conselhos, por sua vez, deverão sim, vestir a camisa dos que lutam pela do novo Estado, tendo o entendimento de que são eles o próprio Estado, não sem motivo chamado por Lênin de Estado-Comuna

O Estado dos Conselhos é revolucionário tanto na forma quanto no conteúdo. Ele difere, na essência, do Estado burguês da sociedade capitalista, assim como das demais sociedades que o precederam. O Estado dos Conselhos existe em função do estabelecimento da classe operária em classe dominante tal qual está colocado no Manifesto do Partido Comunista de 1848, elaborado por Marx e Engels. Neste sentido, as funções que lhe cabem diferem radicalmente das do Estado burguês capitalista, na medida em que se processa uma mudança, uma transformação quantitativa e qualitativa, num só momento de ruptura do velho poder estatal para a nova forma de organização social: o Estado dos Conselhos.

O Estado dos Conselhos é, ao mesmo tempo e dialeticamente, a negação política e social da ordem anteriormente estabelecida; por isso mesmo ele é, também dialeticamente, a afirmação e a negação da forma Estado: negação quando dá início à sua própria extinção e extinção simultânea de toda e qualquer forma de Estado; afirmação como potencialização extrema de sua força, pressuposto de sua própria negação — na medida que um Estado pós-revolucionário fraco seria impotente para resolver a sua própria existência ambígua: dar cabo à tarefa da repressão à burguesia como premissa de seu passo decisivo, o ato de seu desaparecimento. Enquanto no Estado burguês, a relação entre ditadura versus democracia se dá através de uma relação combinada de unidade contraditória dialética em que a ampla maioria é submetida através da dominação política e militar da burguesia, no Estado dos Conselhos esses pólos são invertidos e o proletariado, que antes tinha uma participação politicamente nula, devido ao processo de manipulação e exclusão das decisões a que está submetido, passa a desempenhar o papel dominante no processo de luta de classes, estabelecendo aí a mais ampla democracia política de que se tem notícia na história, que, como não poderia deixar de ser, estará também combinada com o estabelecimento da ditadura da maioria explorada sobre uma minoria despojada e expropriada, que tudo fará para organizar o movimento da contra-revolução.

É assim o Estado dos Conselhos, a expressão máxima da ditadura do proletariado, que usará esse poder não só para garantir a mais ampla democracia para os trabalhadores em geral e à classe operária em particular, mas, antes e acima de tudo, para reprimir de forma organizada, ao extremo, as forças da contra-revolução.

O Estado dos Conselhos condensa em si, como já foi dito, a unidade entre conteúdo e forma. No período de situação revolucionária, em que os bolcheviques organizaram a insurreição na Rússia em outubro 1917, foi onde esta questão ficou mais clara. Ali, naquele período, era

impossível fazer-se distinção entre o projeto de poder da classe operaria, o socialismo, o conteúdo portanto, e a forma de organização, o Estado de novo tipo, que se queria construir baseado nos sovietes. Socialismo, poder operário e sovietes eram a mesma coisa, de forma que não se podia falar de um sem entender que se estava falando automaticamente do outro. Assim, não é pelo fato de se ter construído uma organização estatal posterior cada vez mais distante da classe operaria na Rússia que devemos deixar de lado a tentativa revolucionaria de se estabelecer o Estado os Conselhos.

Os sovietes (conselhos), através de todos os mecanismos e elementos da burocracia que foram herdados foram, na URSS, destituídos de seu conteúdo revolucionário para se constituírem em um órgão institucionalizado nos moldes de um Estado burguês. Mas, por conta disso, não significa que tenhamos de deixar de lado a tentativa de se construir um

Estado de novo tipo, cuja estrutura básica de funcionamento esteja devidamente acertada naquilo que de mais importante a classe operaria criou no seu processo histórico de luta, enquanto forma de organização que precisaria apenas ser aperfeiçoado em diversos aspectos, para completar a mais eficaz transição, mas que, desde basicamente a Comuna de Paris, de 1871, vem sendo colocada, numa espécie de ensaio-erro, como ensaios gerais da construção do Estado-Conselho.

Nos dias atuais a tarefa de estabelecer os conselhos como forma de organização estatal se coloca numa perspectiva não mais de um único país, mas sim na de escala internacional sendo este o desafio principal da classe operaria. Portanto, entender que o Estado dos Conselhos é a tentativa que nos propomos neste breve ensaio, ou, dito de outra forma, uma elaboração teórica para um ponto que a historia da classe operaria já colocou no seu exercício pratico de enfrentamento com as forcas do capital. Passemos à análise.

2. Preliminares

Para evitar repetições e redundâncias, dá-se por visto, neste escrito, que assumimos à la letre todas as definições teóricas e políticas de principio que definem o corpo doutrinário de O Estado e a Revolução de Lênin. Em adendo esclarecemos ao leitor que só lembraremos de premissas leninistas na medida em que sejam imprescindíveis à necessária fundamentação de alguns postulados que uma oportuna atualização de assunto tão urgente requer; e que, ademais, só o faremos na medida em que forem necessárias para esclarecer e fundamentar o intento teórico-político aqui posto, a saber: o das relações entre o sistema de conselhos e o Estado proletário (= ditadura do proletariado) com sua forma ex-ante, o pré-Estado.

De outro ângulo de visão, a mesma e já citada obra de Lênin também se revela igualmente útil e insubstituível, porquanto ela encerra o apanhado mais completo de passagens de Engels e Marx acerca do Estado da fase de transição — de tal maneira que temos à mão densa fartura das posições mais avançadas e autorizadas, em toda a literatura política já produzida, acerca do Estado e da Revolução.

3. Algumas premissas do poder operário

Comentando Engels, Lênin faz, em duas passagens de seu escrito, as seguintes afirmações: “O Estado é o produto e a manifestação do fato de as contradições de classe serem inconciliáveis (...) segundo Marx, o Estado não poderia surgir nem manter-se se a conciliação de classes fosse possível” e “... o Estado é um organismo de dominação de classe, um organismo de opressão de uma classe por outra” (os destaques em itálico são do autor). Conciliação e dominação, dois conceitos muito precisos na doutrina do Estado de Marx, Engels e Lênin. Conciliação significa negação de toda e de qualquer contradição entre os termos de dada relação e, na esfera social, na ausência de contradição na constituição ontológica das classes sociais fundamentais no âmbito de uma formação social qualquer, falar de Estado não faz sentido — como historicamente está provado: nas sociedades primitivas não existe Estado, simplesmente porque não existem classes sociais, exploração, opressão e dominação de uma classe sobre outra. Por outro lado, falando-se da mesma constituição ontológica das classes sociais, dominação é noção que exclui esta outra, hegemonia, de vez que uma situação de hegemonia supõe compartilhamento — apenas desigual — de posições num mesmo contexto estrutural. Disso resulta que, no terreno da socialidade burguesa, que se estende ao da revolução, em cujos contextos burguesia e proletariado se situam e se batem em posições diametralmente antagônicas, não faz sentido falar de hegemonia da burguesia sobre o proletariado, ao passo que faz sentido falar de hegemonia entre frações da burguesia que compartilham do mesmo poder de Estado e de hegemonia do proletariado sobre as classes que com ele compartilham do objetivo comum da tomada do poder pela via da derrubada do inimigo estratégico comum.¹

Noutra passagem, citando Engels, Lênin fala da força pública, este pilar característico do Estado burguês — o outro é a burocracia — constituída de todo um aparato militar repressivo e especializado, que se coloca separado e acima da sociedade e “... que já não coincide diretamente com a organização da própria população em força armada.” O destaque desse componente básico da ordem burguesa tem aqui uma intenção clara: mostrar como, no contraponto, é igualmente incontornável a constituição de uma força armada, muito mais forte e consistente, do proletariado em armas para reprimir, com decisão mais resoluta ainda, o inimigo de classe batido, mas ainda não abatido, a burguesia. Em que instancia da ditadura do proletariado deve situar-se esta força repressiva é assunto a ser tratado em capítulo próprio do presente escrito.

O outro pilar sobre o qual se assenta o poder burguês é a burocracia, composta de funcionários do Estado, que gozam de privilégios cumulativos, entre os quais honorários diferenciados, cargos vitalícios, sinecuras perpétuas, no âmbito do qual se somam todas as vantagens provenientes das inerentes práticas da uma larga e recorrente corrupção. Se as milícias populares ganham força redobrada à medida que sofrem uma simplificação estrutural, também aqui acontece aumento da eficácia das tarefas executivas, legislativas e judiciárias, na mesma medida em que são também simplificadas — e justo pela mesma razão: as tarefas de execução, dos tribunais e das funções legislativas ganham força no mesmo diapasão em que são assumidas diretamente pelos trabalhadores em circunstâncias nas quais a revogabilidade dos cargos é estabelecida com vistas a coibir, desde o início, a tendência ao ressurgimento das castas, mal do qual padecem todas as sociedades que foram paridas de revoluções “socialistas” em toda a extensão do século XX.

Burocracia e força pública profissional, as duas vigas mestras nas quais se apóia o poder político da burguesia; os dois complexos esteios cujas funções deverão ser substituídas pelos próprios operários em estruturas simplificadas — a caminho da extinção —, porém muito mais eficazes e mais fortes; simplificação e força que se opõem e se reclamam entre si, num movimento que acompanha todo o processo de transição e até que não exista mais nenhum traço da última sociedade de classe. O problema que devemos resolver agora é: qual a instância que, para Marx, Engels e Lênin, deve assumir a ditadura do proletariado?

1 Este é um exemplo das confusões e ambiguidades do acervo de categorias teóricas e políticas, ao lado de outras, como a mais central delas, sociedade civil, introduzidas por Antonio Gramsci na doutrina marxista, levadas até seus limites lógicos e políticos por seus seguidores e cujas aporias foram brilhantemente exploradas por Perry Anderson no seu já clássico *As antinomias de Gramsci*.

4. A ditadura do proletariado para Marx, Engels e Lênin

O nosso trio não deixa qualquer dúvida quanto a isto: “... o proletariado servir-se-á da sua supremacia política para arrancar, pouco a pouco, todo o capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, quer dizer, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível a quantidade

de forças produtivas.” Ou seja, Estado proletário (sic) = “proletariado organizado em classe dominante.” “O Estado, isto é, o proletariado organizado em classe dominante.” (sic). Até aqui, a trajetória do raciocínio de Lênin, Engels e Marx é o seguinte: o proletariado derruba, pela revolução, a burguesia do poder; em derrubando a máquina estatal da burguesia, estará destruindo a referida máquina de Estado para, ato contínuo, erguer o seu Estado, simplificado e em vias de extinção, o qual mais forte — porque dirigido pela classe revolucionária —, assume duas ordens gerais de tarefas: reprimir a burguesia e construir o socialismo (como fase de transição para o comunismo).

Mas, de onde Marx retira esta convicção de que a ditadura do proletariado é o Estado proletário? Da Comuna de Paris ... simplesmente! Com efeito, “... A Comuna foi composta por conselheiros, eleitos por sufrágio universal nos diversos bairros da cidade. Eram responsáveis e podiam ser substituídos em qualquer momento. A maioria dos seus membros era, naturalmente, operários ou representantes reconhecidos da classe operária.” (o destaque em itálico é nosso) A questão avançou muito mais: os membros do Estado proletário (sic), Estado-Comuna, são eleitos nos conselhos de bairros, o que não quer dizer que não existam conselhos de operários que se coloquem à testa de tais conselhos — como na Rússia, com os soviets. A questão da hegemonia da direção operária está garantida pela maioria dos operários nesses conselhos — e, obviamente, pela ação de direção que o partido deve exercer em tais instâncias.

Falta apenas um ingrediente para articular a proposta de Estado proletário, Estado-Conselho, Estado-Comuna, Estado socialista ou ditadura do proletariado: o método de tomada de decisões — e é aqui que se formula e se compreende este princípio universal que muitos marxistas não conseguem compreender, que é o centralismo democrático: “... esse centralismo democrático não é, de maneira alguma entendido por Engels no sentido burocrático que lhe dão os ideólogos burgueses e pequeno-burgueses e, entre esses últimos, os anarquistas. O centralismo, para Engels, não exclui de forma alguma uma larga autonomia administrativa local que, na condição de as `comunas` e as regiões defenderem de sua livre vontade a unidade do Estado, suprime incontestavelmente toda a burocracia e todo o `autoritarismo` vindo de cima.” Vê-se também que o termo e o conceito de centralismo democrático não é criação do stalinismo, como querem alguns — que tentam descaracterizar este método essencialmente proletário—, mas do próprio Engels e nem assume, por isso mesmo, a conotação pejorativa impressa pelo centralismo burocrático utilizado pela nova burguesia de Estado na URSS.

5. Sistema de Conselhos e ditadura do proletariado

A separação antinômica entre o sistema de conselhos e o Estado pós-revolucionário constitui um equívoco por mais de um motivo. Um deles reside numa postura que se constitui num

deslocamento desde a concepção de Marx, Engels e Lênin até certa influência da concepção anarquista de Estado. Separar Estado proletário de sistema de conselhos é o mesmo que quebrar a unidade que deve existir e persistir no âmbito da ditadura do proletariado. Tal separação coloca de um lado o Estado como uma estrutura administrativa complexa, a ser gerenciada por um corpo de funcionários — um absurdo na concepção de Estado simplificado de Marx, Engels e Lênin — e de outro uma estrutura política, no âmbito dos conselhos, a exercer pressão sobre a primeira (o Estado como tal). Esta concepção, que resulta de uma acomodação de uma visão influenciada pelo anarquismo com a identificação do Estado Comuna com o Estado burocrático (burguês) saído das ambiguidades da Revolução Russa, coloca o proletariado fora do Estado pós-revolucionário, criando, aí sim, uma dicotomia que é, ela própria, a sementeira de uma nova casta a se reproduzir no corpus administrativo apartado organicamente dos Conselhos.

Outro motivo do mesmo equívoco, que está casado com o motivo anterior, reside no estabelecimento de uma estranha relação de identificação acrítica do Estado erguido na URSS pós-revolucionária — um Estado obrigatoriamente burocrático — com a concepção de Estado-Comuna de Marx, Engels e do próprio Lênin, erro que consiste em não compreender as ambigüidades que resultaram das circunstâncias históricas e sociais específicas que bloquearam não só a transição, como mesmo o início da ditadura do proletariado na URSS. Aqui, deixa-se de compreender que os rumos tomados pela Revolução Russa — a menos que se considere a versão mais fácil e, portanto, também, mais fraca, de que os desvios do processo revolucionário foram implantados por Stalin e sua entourage —, não obedeceram à concepção de revolução, de Estado e de socialismo de Lênin, mas a restrições que emanavam do terreno social e político no qual se deu a montagem do Poder na URSS, entre os quais, só para lembrar, a impossibilidade da revolução na Europa, a guerra civil e a contra-revolução no interior da URSS, entre outros —, rumos esses alheios á vontade de Lênin e acerca dos quais ele próprio examinava e que marcou formulações reiteradamente ambíguas em todo o seu pensamento ulterior até a sua morte; ambigüidades que se localizavam mais das marchas e contra-marchas da revolução—e que se refletiam no pensamento que tentava compreendê-las — do que na concepção teórico-política de Lênin e dos chefes bolcheviques que mantinham concordância com ele.

Um terceiro motivo deste equívoco consiste em não considerar que as tarefas organizativas e administrativas que a revolução coloca, desde logo, na ordem do dia são tarefas políticas incontornáveis, cuja implementação deve ser assumida diretamente pelo proletariado vitorioso. Assim, questões candentes como a planificação centralizada — cuja forma burocrática, no sistema GOSPLAN (Comissão Central de Planificação), foi por muito tempo confundida com “centralização socialista”— apenas para falar daquele aspecto mais digno de nota, não são questões meramente “técnicas”, mas sumamente políticas, e que, como tais, não podem ser delegadas, ainda que “fiscalizadas”, desde fora, pelos conselhos, para um corpo de funcionários situados fora do sistema de conselhos nos quais estavam os operários mais conscientes. Hoje se sabe que o sistema ultra-centralizado da planificação “socialista”

não era nada além de um aspecto da própria centralização burocrática do capitalismo de Estado “soviético” que mantinha o proletariado alheio e afastado de todo o sistema de definição de metas, das decisões acerca do que deveria ser produzido e de como distribuído, alocação de recursos, etc. Se se tratasse de uma verdadeira planificação socialista, tudo isso deveria passar por uma ampla discussão no âmbito dos conselhos, ou seja, do Estado-Comuna, de vez que o Estado proletário se confundiria com o sistema-conselho — já que o Estado socialista era “uma ‘máquina’ muito simples, quase sem ‘máquina’, sem aparelho especial (o grifo é nosso), pela simples organização das massas armadas (como, diremos nós por antecipação, os Sovietes dos deputados operários e soldados)”.

Outra incompreensão reside em não perceber que a verdadeira simplificação do Estado-Comuna implica, conforme está expresso por Lênin nas palavras logo acima transcritas, num mínimo de estrutura administrativa e que tal estrutura é tão mínima — e em processo de simplificação/extinção — que pode ser assumida diretamente pelo sistema de conselhos; e que, portanto, não faz sentido usar como referencia o Estado “soviético” da URSS para questionar o Estado socialista que Marx e Engels viram nascer da Comuna de Paris. De fato, ao se estabelecer um traço de união entre o Estado dos Conselhos e o Estado burocrático saído da Revolução Russa está-se dando ao Estado proletário uma estrutura burocrática que um verdadeiro Estado pós-revolucionário, simplificado e em vias de simplificação/extinção não possui, mas que exatamente nega.

Aliás, o caráter e a extensão do Estado dos Conselhos (= Estado proletário = Estado Socialista = Ditadura do Proletariado = Estado-Comuna = Estado Transitório) estão maravilhosamente resumidos nesta passagem escrita pelo próprio Lênin: “... o ‘Estado’, é ainda necessário, mas já é um Estado transitório, já não é o Estado propriamente dito (...)”. Mas, direis, se esta era a verdadeira concepção de Estado socialista de Lênin, por que ele não o “aplicou” na URSS depois da Revolução de Outubro, sendo que o que se viu foi exatamente o oposto de tudo isso, distorções que vão desde a extrema centralização burocratizada (desde o Exército à burocracia estatal e às unidades de produção) à mais brutal repressão aos marinheiros do Kronstadt? Pois é, tudo isso só revela como revolucionários do porte de Lênin podem eventualmente se ver envolvidos por contradições e ambigüidades de tal monta — e este era o exato contexto nacional e internacional da Revolução de Outubro — que podem levá-los, na prática, a ações e decisões muitas vezes diametralmente opostas às suas maiores convicções. No caso de Lênin e do Partido bolchevique, bastava uma das impossibilidades — que eram muitas — para levar a revolução a rumos não desejados. Uma só era mais do que suficiente: a situação de isolamento de uma revolução que não podia recuar, mas que se viu isolada e que não teve alternativa senão a de tentar abrir caminhos à construção do socialismo num só país, a Rússia Soviética—tentativa contraditória que foi iniciada já nos tempos de Lênin e Trotsky. O que eram o Comunismo de Guerra, a NEP, entre outros empreendimentos senão isto?

E aí, como ficamos nós? Devemos fazer finca-pé nas concepções de Estado, programa, revolução e partido de Lênin, Marx e Engels e tentar, num futuro qualquer, quando problemas concretos como o da internacionalização da luta de classe, entre outros, apontarem para possibilidades concretas para a revolução e para a construção socialistas em vários países, para objetivarmos e plasmarmos socialmente aquelas concepções do nosso daemon ou, inversamente, abrimos mão, diante das primeiras dificuldades, daquelas posições de princípio, trocando-as por figurações políticas rebaixadas que só trarão o abandono da perspectiva da revolução e da construção do socialismo?

6. Para uma conclusão: conselhos, Estado (socialista) e pré-Estado (socialista)

a) O Estado-Conselho

Depois de analisar as premissas econômicas da supressão das classes sociais, vale dizer, as premissas “para que ‘todos’ possam realmente participar na gestão do Estado”, Lênin, sempre tomando como referência as formulações de Engels e Marx, afirma que “com tais premissas econômicas, pode-se muito bem, depois de ter derrubado os capitalistas e os funcionários, substituí-los imediatamente, de um dia para o outro, pelo controle da produção e da repartição, pelo registro do trabalho e dos produtos, pelos operários armados, por todo o povo armado.” “Registro e controle, eis o essencial, tanto ‘para por em marcha’ como para o funcionamento da sociedade comunista na sua primeira fase. Nesta, todos os cidadãos se transformam em empregados assalariados do Estado.” Mais adiante: “Em regime socialista, toda a gente governará alternadamente e se habituará depressa a que ninguém governe.” A etapa do socialismo “... colocará a maior parte da população em condições que permitiam a todos, sem exceção, desempenhar as funções públicas...”

Todos os cidadãos, bem lembrado, organizados no sistema de conselhos, ou por outra, no Estado operário, já que, para Marx, Engels e Lênin, a simplificação das tarefas chegará a um ponto que as tarefas “administrativas” básicas, reduzidas ao extremo, não só poderão ser assumidas pelo proletariado e o povo em geral, como poderão ser assumidas diretamente pelo sistema de conselhos — que é, ao fim e ao cabo, o próprio Estado.

Assim, o Estado proletário, Estado socialista, ditadura do proletariado não é outra coisa senão o Sistema de Conselhos — e o Sistema de Conselhos, que garantirá a hegemonia da classe operária em toda a sua extensão, assumirá diretamente, sem que seja necessário nenhum corpo administrativo específico, tanto a defesa do socialismo como as funções de gestão estatal e das unidades produtivas.. Por fim, essa unidade da ditadura do proletariado, será

assegurada pela unidade política-administrativa simplificada, numa mesma totalidade chamada de Estado-Conselho.

b) O pré-Estado-Conselho

O Sistema de Conselhos que, na situação ex-post, deverá assumir a transição no âmbito estrutural (implantação das novas relações de produção, eliminação de todas as hierarquias na produção, negação de todo vestígio de toda e qualquer forma mercantil, etc.) e superestrutural (eliminação de toda hierarquia herdada do Estado burguês, de toda burocracia, negação de toda ideologia herdada da formação social anterior, etc.) é o mesmo Sistema de Conselhos que, na situação ex-ante, constituiu a organização revolucionária que derrubou a burguesia e seu Estado. Trata-se, pois, de um mesmo corpus que trocou de ênfases nas duas etapas de um mesmo processo da revolução social: cumprida a tarefa insurrecional, dar início à execução da nova tarefa que terá levado a termo a verdadeira revolução social — a ruptura de uma formação que caducou e a inauguração de uma nova formação social, o socialismo, logo em marcha de transição para a formação social comunista, a segunda formação social sem classes sociais da História (a primeira é, como se sabe, a sociedade primitiva).

Pois bem, é a este sistema de conselhos que chamamos de pré-Estado (proletário). Está visto que tal denominação não tem, pelo seu conteúdo, nada de original, posto que foi, é e será sempre uma realidade corriqueira nos processos revolucionários inaugurados pela Comuna de Paris. Ali, os communards que tomaram o Poder a partir das comunas, foram os mesmos que assumiram o poder de Estado — ditadura do proletariado — e que inauguraram, ainda que com evidentes erros de juventude, a montagem de uma ordem socialista. Processo semelhante voltou a acontecer em Outubro de 1917. A primeira experiência não pôde, nas circunstâncias em que aconteceu, completar-se e foi abatida pela força contra-revolucionária burguesa passados apenas pouco mais de dois meses de uma memorável existência. A segunda, como se sabe, também não pôde ser completada por conta da ausência de condições, externas e internas, entre as quais a impossibilidade de lavar a termo a construção do socialismo num só país.

Nos dois casos houve um pré-Estado, mas, também nos dois casos, um pré-Estado que, se de um lado pôde levar a termo a insurreição, por outro não pôde ser preparado, com a antecedência necessária, para as tarefas da construção do socialismo. No caso de 1917, somente nas vésperas de Outubro é que o único partido (o partido bolchevique) que tinha as condições teóricas para preparar a vanguarda da classe organizada nos soviets, sobretudo no de São Petersburgo, não pôde ensinar à classe senão as tarefas urgentíssimas da insurreição. A nós parece que, não obstante a consciência — principalmente em Lênin — da importância cabal dos soviets desde 1905, somente depois de Fevereiro de 1917 é que, no caso de Lênin,

esta consciência se tornou convicção. Daí porque o partido de Lênin não teve o cuidado de jogar toda a carga pesada da melhor militância de seus quadros de massa nos sovietes (os mencheviques lá chegaram mais cedo), inclusive — e já que o seu retorno, depois do seu aparecimento, em 1905, era facilmente dedutível — na preparação prévia dos operários para um ressurgimento dos sovietes mais cedo e com uma formação também prévia mais potencializada — formação, mesmo que para a vanguarda mais resoluta da classe organizada nos sovietes, que deveria incluir, sob o fogo de um debate sem tréguas entre tais operários, as questões da tomada insurrecional do poder e as noções de toda a teoria marxista acerca da constituição do Estado operário e da construção do socialismo. Esse debate faltou, quer por falha na percepção da importância do sovietes desde mais cedo, quer por falta de tempo de levar o debate aos operários dos sovietes há apenas dois meses da insurreição. Seja como for, o resultado é que a não preparação da vanguarda da classe para a tomada do poder e a organização imediata, sob a sua presença, sua direção e sua intervenção, para a construção do socialismo, funcionou como um dos fatores adversos para a constituição de uma autêntica ditadura do proletariado, com base na representação nos conselhos, na URSS. Tal lacuna, em grande medida provocada pela ausência de um pré-Estado comme il faut, isto é, de um pré-Estado que constituísse uma escola da revolução, foi um embaraço a mais do malogro da Revolução Russa de 1917.

Como o próprio Lênin sempre assinalou, os revolucionários comunistas são homens mulheres que devem ter uma formação teórica marxista muito sólida. Uma formação marxista sólida requer conhecimentos acerca da dialética, da economia política, do materialismo histórico e dialético que facultarão aos quadros e militantes de um partido de quadros não só analisar e compreender as conjunturas passadas e presentes, como também captar, no essencial, processos que podem ser previstos em pelo menos em seus traços mais gerais (essas ordens de predição podem ser constatadas em muitas das análises feitas no curso dos Cadernos Filosóficos). Daí que uma verdadeira formação marxista pode assegurar aos quadros e militantes de um autêntico partido comunista a faculdade de prever, com antecipação, os cenários possíveis de desdobramento de uma crise como a atual, e prever todo um largo processo de situações revolucionárias não constitui nenhum “bicho de sete cabeças”.

Mais que isso, é perfeitamente previsível prever a coisa mais óbvia desse mundo—até porque, aqui e ali, já começam a vir à tona formas embrionárias—: a criação, desde este exato momento, de formas embrionárias de conselhos que deverão ser analisadas, ab imo pectore, sem preconceito portanto, para, uma vez interpretadas teoricamente, voltar aos trabalhadores para que corrijam os erros e as lacuna de tais experiências, para que as potencializem em número e em conteúdo, até que se tornem, em futuro próximo — esta garantia nos é dada pelo estágio avançado em que se encontra a crise estrutural do capital —, no bojo de situações revolucionárias concretas, o sistema de conselhos, formado na interação dialética de pequenos círculos (nos locais de trabalho, de estudos e de moradia), comissões (de fabricas) e de conselhos (de bairros, de regiões, de zonas industriais, nacionais, etc.) que deverá constituir-se, ao mesmo tempo, na peça dorsal da insurreição e, no futuro, órgão da ditadura

revolucionária do proletariado.

7. À guisa de conclusão: a CCI e a questão do Estado pós-revolucionário

Para nós, os conselhos operários devem deter um poder ilimitado e, como tais, devem constituir-se nos órgãos básicos do poder operário, além de que devem constituir-se a alma da ditadura revolucionária do proletariado. Mas, logo a partir daí, nos diferenciamos de alguns interpretes do marxismo que estabelecem uma ruptura entre os Conselhos e o Estado-Comuna, como se este Estado-Comuna e os Conselhos fossem coisas qualitativamente distintas. Tal é, por exemplo, a posição da CCI, depois de operar esta separação, tais interpretes colocam um traço de ligação segundo o qual os Conselhos passariam a exercer pressão e controle sobre “o semi Estado do período de transição”, para que esse mesmo Estado(Comuna) — que, na visão da CCI, “não é o portador nem o agente ativo do comunismo” — não cumprisse o seu papel imane de conservador do statu quo (sic) e “obstáculo” à transição.

Para a CCI, “o Estado tende sempre a aumentar-se desmedidamente”, resultando “num terreno de predileção a toda a lama arrivistas e outros parasitas (que) recruta facilmente os seus quadros entre os (...) resíduos e vestígios da antiga classe dominante em decomposição.” E arremata esta sua visão do Estado socialista afirmando que Lênin “pôde constatar (esta função do Estado) quando fala(va) do Estado como a reconstituição do antigo aparelho de Estado czarista” e quando afirmava que o Estado parido da Revolução de Outubro tendia “a escapar ao nosso controle e gira(r) no sentido contrário que queremos, etc. ” Para a CCI “o Estado proletário é um mito” e que “Lénine rejeitava-o, recordando que era ‘um governo dos trabalhadores e dos camponeses com uma deformação burocrática’”. Mais ainda, para a CCI “a grande experiência da revolução russa está lá para testemunhar. Cada cansaço, cada insuficiência, cada erro do proletariado tem imediatamente, por consequência, o reforço do Estado, e contrariamente, cada vitória, cada reforço do Estado faz-se despojando ligeiramente mais o proletariado. O Estado alimenta-se do enfraquecimento do proletariado e a sua ditadura de classe. A vitória de um é a derrota do outro.” Também afirma, noutras passagens, que “o proletariado guarda sua ampla e inteira liberdade em relação ao Estado. Sob nenhum pretexto, o proletariado não saberia reconhecer a primazia de decisão dos órgãos do Estado sobre a da sua organização de classe: os conselhos operários, e deveria impor o contrário”; que o proletariado “não saberia tolerar a ingerência e a pressão de nenhuma espécie do Estado na vida e a atividade da classe organizada que exclui qualquer direito e possibilidade de repressão do Estado”; que “o proletariado conserva o seu armamento fora de qualquer controle do Estado”; e que, finalmente, etc., etc.,” “a condição primeira é a não identificação da classe com o Estado.”

O que dizer da visão dos companheiros da CCI acerca do Estado-Comuna? Em primeiro lugar que nem Marx, nem Engels e nem Lênin, como se viu nos comentários feitos mais atrás do O Estado e a Revolução, endossam a concepção de Estado expressa pela CCI. Como vimos, o Estado Comuna era, para eles, o Estado dos Conselhos e a expressão do poder do proletariado e da sua ditadura de classe. Para Lênin, o Estado pós-revolucionário não só não era um mito, como pensa a CCI, como era, sim, o Estado proletário”. Com que direito se pode chamar a este Estado que a CCI concebe de Estado-Comuna?

Em segundo lugar, como também já analisamos mais atrás, a separação antinômica entre o sistema de conselhos e o Estado pós-revolucionário, proposta pela CCI, opera um deslocamento desde a concepção de Marx, Engels e Lênin até certa influência da concepção anarquista de Estado. E aqui temos de reiterar o que já dissemos mais atrás, vale dizer, que separar Estado proletário de sistema de conselhos é o mesmo que quebrar a unidade que deve existir e persistir no âmbito da ditadura do proletariado e que tal separação coloca de um lado o Estado como uma estrutura administrativa complexa, a ser gerenciada por um corpo de funcionários — um absurdo na concepção de Estado simplificado de Marx, Engels e Lênin — e de outro uma estrutura política, no âmbito dos conselhos, a exercer pressão sobre a primeira (o Estado como tal).

Em terceiro lugar, repetimos: esta concepção, que resulta de uma acomodação de uma visão influenciada pelo anarquismo com a identificação do Estado Comuna com o Estado burocrático (burguês) saído das ambigüidades da Revolução Russa, coloca o proletariado fora do Estado pós-revolucionário, criando, aí sim, uma dicotomia que é, ela própria, a sementeira de uma nova casta a se reproduzir no corpus administrativo apartado organicamente dos Conselhos. A CCI não tem o direito e confundir a concepção de Estado de Lênin com o Estado parido das ambigüidades da Revolução de Outubro de 1917. Quando Lênin se queixava das atrocidades do Estado como ele se configurou na URSS, ele não estava a descartar a sua concepção de Estado-Comuna, mas dos desvios que o Estado russo tomou depois de Outubro.

Em quarto lugar, a CCI não considera, como nós consideramos, que as tarefas organizativas e administrativas que a revolução coloca, desde logo, na ordem do dia são tarefas políticas incontornáveis, cuja implementação deve ser assumida diretamente pelo proletariado vitorioso — como também já afirmamos mais atrás.

Em quinto lugar, os companheiros da CCI parecem não se dar conta de que, também como já afirmamos mais atrás, a verdadeira simplificação do Estado-Comuna implica, conforme está expresso por Lênin, num mínimo de estrutura administrativa e que tal estrutura é tão mínima — e em processo de simplificação/extinção — que pode ser assumida diretamente pelo sistema de conselhos.

Em sexto e último lugar, é unicamente assumindo diretamente e por dentro, as tarefas simplificadas de defesa e da transição/construção socialista do Estado-Conselho, que a classe operaria vai ter as condições de evitar que se instale um xisto estatal estranho ao Estado-Conselho e de exercer controle não só sobre o que se passa dentro do Estado como em toda a amplitude da sociedade. Para isso, vale lembrar, o Estado proletário, Estado-Comuna, Estado socialista, Ditadura do Proletariado, não é outra coisa senão o sistema de conselhos que terá assumido tarefas básicas de organização — em milícias, jornadas, brigadas de trabalho e outras modalidades de tarefas igualmente revolucionárias (revogabilidade de cargos, salários iguais, etc.), tarefas também igualmente simplificadas de luta e de organização de uma sociedade de transição. Para isso não será necessário criar nenhum monstrengo administrativo, muito menos burocrático ou qualquer outra forma herdada ou que lembre do Estado burguês destruído ou do Estado burocrático do capitalismo de Estado da ex-URSS.

Seria ótimo que a CCI se debruçasse no O Estado e a Revolução de Lênin, exatamente sobre a defesa que ele, apoiado em Engels e Marx, justifica o Estado-Comuna como o Estado dos Conselhos, Estado Proletário, Ditadura do Proletariado, passagens por nós ressaltadas neste pequeno escrito.

IV. INSTABILIDADE, PRECARIZAÇÃO E INFORMALIDADE: O “NOVO” ROSTO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE

Novembro - 2007

A quebra do “pacto fordista”

Transformações, mudanças e adaptações não são propriamente novidades no mundo do trabalho, entretanto alguns fenômenos específicos ganham traços distintivos em virtude daquilo que representam para o conjunto das relações de produção estabelecidas numa sociedade dominada pelo capital.

O mais recente “complexo de reestruturação produtiva” levado a cabo pelos capitalistas, marca o fim de um modelo de gestão e organização do trabalho e da produção desenvolvido que fora nos marcos do assim chamado “pacto fordista” que, por sua vez, havia sido instituído com a perspectiva de se transformar, pelo menos nos países centrais da economia global, num modelo de compromissos e garantias aos trabalhadores de que o seu engajamento nos objetivos das empresas teria como contrapartida um conjunto de incentivos e recompensas capazes de assegurar benefícios assistenciais e previdenciários tais como: um sistema público e universal de aposentadoria e pensões, um salário mínimo válido para todos, seguro-desemprego, o reconhecimento formal da relação de trabalho (a carteira assinada, como se diz costumeiramente), garantias contra demissões, direito de organização, dentre outros. No que pese o fato, como ficou historicamente demonstrado, de que para a maior parte da classe trabalhadora, nem mesmo garantias desse tipo foram asseguradas, as mais recentes transformações têm se encarregado de retirar tais conquistas até daqueles segmentos que conseguiram incorporá-las aos seus contratos de trabalho. Os Estados, por sua vez, sejam quais forem os seus governantes, têm se empenhado bastante em garantir a supressão de tais garantias do arcabouço jurídico, por meio do que eles chamam de “flexibilização das relações de trabalho”.

Assim, o trabalho informal, que embora sempre tenha marcado presença durante todo o processo de desenvolvimento do capitalismo, ganha novos contornos e se constitui em um “modo de dominação de tipo novo” nessa nova fase de organização da produção. Antes visto como um resquício de relações de produção precedentes e que tenderia a ser superado pelo “natural” processo de desenvolvimento social, com a ampliação dos mercados e a inclusão de novas áreas de influência no mundo do capital, a informalidade passa agora a ser reconhecida enquanto um elemento necessário, indispensável e completamente associado ao tipo

específico de dominação do trabalho pelo capital que se universaliza e se desenvolve mesmo nos países nos quais o “pacto fordista” chegou a vigorar.

Reestruturação produtiva, crise do capital e aumento da exploração do trabalho

Em meio a uma crise estrutural, que já dura mais de trinta anos, o capital vem buscando encontrar alternativas para, pelo menos, minimizar os reflexos da acentuada queda das suas taxas de lucro. Devido às reduzidas possibilidades de ampliar a exploração da mais-valia relativa, o recurso a formas de exploração da classe trabalhadora por meio do aumento da mais-valia absoluta passa a fazer parte da rotina daqueles que vivem do seu trabalho, consolidando, dessa forma, um processo de subsunção real do trabalho ao capital.

O conjunto dos elementos que marcam o atual “complexo de reestruturação produtiva”, traz conseqüências significativas tanto para aqueles que ainda se encontram no mercado de trabalho formal, quanto para aqueles que, em estado de latência, ainda guardam alguma expectativa em relação a sua própria inserção nessa modalidade de emprego.

Para os primeiros, a convivência com uma quantidade expressiva de potenciais trabalhadores em alqueive e em busca do seu próprio posto, os coloca em uma condição de extrema fragilidade no embate com seus patrões, haja vista que a possibilidade de substituição da força de trabalho se oferece, cada vez mais, enquanto uma ameaça iminente. Se no passado a existência de um “exército industrial de reserva”, servia, fundamentalmente, como elemento controlador do preço da força de trabalho, os níveis atuais de desemprego, apontam para uma possibilidade ainda maior de controle, abrindo o caminho para o desenvolvimento de uma “gestão racional da insegurança”.

Cada vez mais percebe-se a requisição de uma formação maior, mesmo para o desenvolvimento de atividades que não necessitam de tais conhecimentos para o seu desempenho e, paralelo a isso, verifica-se também a diminuição da remuneração que é atribuída a funções mais complexas exatamente por conta da pletora de força de trabalho disponível para uso pelos capitalistas. Assim, ao mesmo tempo em que é possível pagar um salário menor para se conseguir a força de trabalho necessária, amplia-se também a possibilidade de submeter essa mesma força de trabalho a condições de exploração ainda mais expressivas, dando o tom de uma precarização crescente e o convívio com uma condição permanente de instabilidade.

É sob tais circunstâncias que surgem figuras como a do trabalhador multifuncional ou polivalente que assume a responsabilidade por desempenhar tarefas que antes eram destinadas a dois, três ou mais empregados, ou ainda a dos sub-contratados por meio das terceirizações e até quarteirizações, ou mesmo do trabalho de tempo parcial ou por demanda, que só contribuem para o aumento das condições precárias de trabalho. Como se tudo isso não bastasse, generalizou-se ainda a recorrência a programas institucionais como os de “qualidade total”, nos quais os trabalhadores são “convencidos” da necessidade de incorporar os princípios, ideais e objetivos das empresas como se seus eles fossem, numa clara tentativa de aplacar as naturais conseqüências dos conflitos de classe por meio da disseminação de um discurso ideológico que afirma a identidade de interesses entre patrões e empregados.

Se para quem está empregado a realidade é de um aumento exponencial do nível de exploração, para aqueles que ainda buscam um beneplácito para se converterem em explorados formais do capital, as condições de vida e de trabalho são ainda mais perturbadoras. O recurso à atividade informal apesar de ser tida como uma condição provisória, em virtude da impossibilidade de se conseguir um emprego de “carteira assinada”, para um número cada vez maior de trabalhadores passa a ser a sua única forma de conseguir algum tipo de renda que lhe garanta a subsistência.

O trabalho informal: da exceção à regra

Dada a essa condição “provisória-permanente” do trabalho informal na contemporaneidade, é importante notar como a informalidade se insere nessa perspectiva “moderna e flexível” de trabalho precário, instável, inseguro e ao mesmo tempo completamente integrada, fundamentalmente ao movimento de circulação do capital e realização da mercadoria, mas também com fortes imbricações junto ao seu próprio processo de produção, haja vista que as condições abertas pelos mecanismos oficiais de “flexibilização das relações de trabalho” criaram as oportunidades para que empresas constituídas em diversos ramos de atividade possam fazer uso de uma prestação de trabalho sem que seja necessária nenhuma regulamentação entre o tomador e o prestador do serviço/atividade.

Empresas como a americana “Manpower”, hoje presente em 73 países, se constituíram e vicejaram em meio aos rastros deixados pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho e exatamente por isso representam expressões claras do papel que desempenham tais modalidades de relações no mundo contemporâneo.

Segundo dados publicados pelo IBGE no último dia 09 de novembro, no ano de 2005, o trabalho informal já respondia por 58,8% das ocupações no país. Essas ocupações, por sua vez,

foram responsáveis pela participação de nada menos do que R\$ 180 bilhões, ou 8,4% do PIB brasileiro.

Esses números demonstram não só a capacidade que atividade informal absorveu de gerar renda numa economia marcada pela “flexibilidade”, pelo desemprego e pela precarização do trabalho, como também e principalmente, a enorme quantidade de pessoas que, privadas de melhores condições de inserção, encontraram na atividade informal a única forma de conseguirem, com o seu trabalho, garantir a sua sobrevivência.

São muitas as consequências dessa realidade atroz para o mundo do trabalho. O processo de fragmentação da “classe-que-vive-do-trabalho”, que dificulta ainda mais a formação de uma consciência de classe e a possibilidade de uma maior articulação em torno de projetos emancipatórios, ou mesmo de processos de resistência aos ataques mais imediatos do capital surgem como desafios contemporâneos dos mais significativos, pelo menos para aqueles que ainda se colocam nessa perspectiva.

Por outro lado, é importante também verificar os impactos que essa realidade traz para a tradicional forma de organização pela via sindical, que, por excelência, está refém do emprego formal.

No próximo número de *Germinal*, procuraremos abordar esse aspecto da crise do sindicalismo, ou da “forma sindicato” de maneira mais detida, analisando os seus limites estruturais como forma de luta dos trabalhadores e conjunturais, por conta dos reflexos do “complexo de reestruturação produtiva”.